

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL – UNIJUÍ

LINARA CRISTINA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DO TROPEIRISMO NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE  
SANTA BÁRBARA DO SUL: SÉCULO XIX**

Ijuí

2010

LINARA CRISTINA DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA DO TROPEIRISMO NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE  
SANTA BÁRBARA DO SUL: SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Dinarte Belato

Ijuí/RS

2010

## **DEDICATÓRIA**

À professora Tereza Limberger Barbieri (in memoriam) a “Terê da Biblioteca”, pelo livro da Roderjan que me deste, que foi o início de tudo. Pelas horas agradáveis que passamos juntas discutindo História do Rio Grande do Sul. Teu apoio e entusiasmo com a História de nossa região me fez seguir em frente nas pesquisas. Sempre quando passava pela Biblioteca, você tinha um livro, um artigo, um texto para ajudar na minha pesquisa. Partiste muito cedo de nosso convívio, deixando um imenso vazio em nossos corações. Não pude te dizer em vida, mas deixo aqui o meu agradecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente, à minha mãe Nair, ao meu pai Osmildo e ao meu marido Roberto, pelo apoio e o recurso financeiro, para que eu pudesse realizar o sonho de cursar a universidade.

Ao meu grande amigo e companheiro de História Marco Túlio Magalhães Rosito, por disponibilizar toda a documentação de sua família para a realização deste trabalho.

Agradeço ao Prefeito Mário Filho e a Tina, pela grande oportunidade que me deram de poder trabalhar com a História de Santa Bárbara do Sul.

Agradeço o meu amigo Roberto Dumoncel Broecker, a Regina e o Alex, pelos contatos, pelos livros e a tese que me disponibilizaram.

Ao Laurinho e à Catita, sempre prestativos e dispostos a colaborar com a construção da História de Santa Bárbara do Sul.

Agradeço, em especial, ao professor Paulo Afonso Zarth, por todas as orientações, mesmo licenciado do Curso de História, continuou esclarecendo dúvidas, disponibilizando material, orientando em tudo que precisei.

Ao professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso, Dinarte Belato, pelas idéias que deste, pelos seus “dizeres” que me fizeram refletir.

Ao professor Marcos Gehardt, que me transferiu para o Curso de História.

Ao professor Jaeme Callai, seus ensinamentos são para vida toda.

A todos os outros professores pelos conhecimentos que transmitiram durante o curso.

Agradeço pela grande ajuda que tive da “Confraria dos Tropeiros”: os pesquisadores de Sorocaba-SP Sérgio Coelho de Oliveira e Geraldo Bonadio, pelos esclarecimentos, orientações, dicas e pela bibliografia que me disponibilizaram. A professora Lucila Sgarbi dos Santos de Bom Jesus-RS pelos contatos e pelo acesso aos Anais do SENATRO. A professora Vera Lúcia Maciel Barroso de Porto Alegre-RS e o Luiz Antônio Alves de Caxias do Sul-RS, pelas dicas e bibliografias.

À Léia Maria Cardoso Diretora do Museu do Tropeiro, pela ajuda nas pesquisas em Castro no Paraná.

À Juliana Abreu e ao Rossano Cavalari, pela ajuda nas pesquisas em Cruz Alta- RS.

À Vanessa Gomes de Campos, pela ajuda nas pesquisas em Porto Alegre-RS.

“A História da Civilização, da Humanidade enfim, é uma história de caminhos que se aprofundam, que se alargam, se encurtam e aplainam, para levar e trazer valores materiais e culturais.” (J. E. Erichsen Pereira)

## SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	7
Introdução.....	8
<b>Capítulo 1 A Expansão Portuguesa e a Abertura de Novas Rotas</b>	
1.1 A Conquista das Missões Orientais.....	11
1.2 A Vereda das Missões.....	14
1.3 O Ciclo do Tropeirismo no Século XIX.....	20
<b>Capítulo 2 A Formação das Estâncias Pastoris</b>	
2.1 As concessões de posse.....	22
2.2 A Ocupação Luso-Brasileira dos Campos de Santa Bárbara.....	24
2.2.1 Atanagildo Pinto Martins.....	26
2.2.2 Joaquim Thomaz da Silva Prado.....	34
2.2.3 Manoel José da Encarnação.....	44
<b>Capítulo 3 O negócio do século: O Comércio de Muares</b>	
3.1 O Planalto Médio: centro fornecedor de muares.....	51
3.2 A Importação de muares dos Países do Prata.....	53
3.3 O Roteiro das tropas.....	57
3.4 Rebentou a feira: O comércio de muares na Feira de Sorocaba.....	61
Considerações Finais.....	66
Fontes Documentais.....	68
Referências Bibliográficas.....	71
Anexos.....	74

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APERS- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

IHGRGS- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

AHM/CA- Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta- RS

ACC/PR- Arquivo da Câmara de Castro – PR

APC/PR- Arquivo Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana- Castro-PR

APMTMR/SBS- Arquivo Particular de Marco Túlio Magalhães Rosito em Santa Bárbara do Sul-RS

MADP- Museu Antropológico Diretor Pestana

MAHSBS- Museu e Arquivo Histórico de Santa Bárbara do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A. Autos

M. Maço

N. Número

E. Estante

## INTRODUÇÃO

O tropeirismo foi a mola propulsora da economia na região do Planalto Médio durante todo o século XIX. O estudo deste fenômeno é de suma importância para entendermos as origens do município de Santa Bárbara do Sul, que nasceu às margens do caminho das tropas.

Historiadores apontam o tropeirismo e a abertura de rotas, como fatores de integração do Rio Grande do Sul ao Brasil. O novo caminho seguido em direção à região missioneira, conhecido como “Vereda das Missões” marca o início da fase de apropriação das terras e a instalação de estâncias pastoris, dando início ao povoamento efetivo do Planalto Médio, incorporando essa região ao domínio lusitano.

O objeto de estudo deste trabalho é comprovar que o povoamento do espaço, que hoje corresponde o município de Santa Bárbara do Sul, se fez impulsionado por duas motivações: 1ª) de ordem geopolítica – a defesa do território – através da concessão de posse outorgadas pelos comandantes militares a tropeiros e milicianos paulistas (especialmente paranaenses da região dos Campos Gerais) com o intuito de assegurar e defender o território para o governo brasileiro. Forma-se nesta região, como na maior parte do Rio Grande do Sul, uma elite pastoril de estancieiros - soldados. 2º) de ordem econômica – a expansão para o oeste do estado do ciclo do tropeirismo, através da abertura de novas rotas, que ligou a região das Missões aos centros consumidores (principalmente à Feira de Sorocaba), fez com que o comércio de muares se tornasse uma das principais atividades econômica do antigo município de Cruz Alta durante todo o século XIX.

Santa Bárbara surgiu às margens do Caminho das Tropas, primeiro, através da fundação de estâncias pastoris e, depois, a partir da segunda metade do século XIX, quando começam a se formar à beira da Estrada das Missões, povoados incipientes, os quais serviam de pouso para tropeiros e carreteiros que cruzavam por esses caminhos.

O Recorte Espacial delimitado para este trabalho foi a região onde hoje se localiza o município de Santa Bárbara do Sul (ver mapa no anexo 1). No entanto, como tratamos deste espaço, tal como se circunscrevia no século XIX, quando fazia parte do antigo município de Cruz Alta, não foi possível não ultrapassar as delimitações atuais. Quando da fundação do município de Cruz Alta, em 1834, cuja área englobava grande parte do Planalto rio-grandense e cerca de 20% de todo o território do Rio Grande do Sul, a área correspondente ao atual município de Santa Bárbara do Sul fazia parte de três distritos de Cruz Alta: 1º, Sede, 4º, Passo Fundo e 5º, Palmeira das Missões.



Outro limite espacial são as extensões das antigas fazendas, cujas áreas ultrapassam as divisas atuais. Por isso, esse trabalho terá com parâmetro o tamanho das fazendas de grandes proprietários que ocuparam os campos de Santa Bárbara a partir da década de 1820.

Utilizamos, ainda, como marco espacial o Caminho das Tropas, onde as suas margens foram feitas as primeiras concessões de posse na região de Cruz Alta. É no encontro de duas importantes estradas do século XIX: a Estrada das Missões (Caminho das Tropas), que cortava todo o território de Santa Bárbara, e a Estrada das Carretas que seguia rumo a Palmeira das Missões (usada para escoar a produção de erva-mate), que surge anos mais tarde, o pouso, o povoado, a estação Santa Bárbara, a Vila e por fim a sede do município de Santa Bárbara do Sul.

O recorte temporal abrange todo o século XIX, desde a Expedição de Atanagildo Pinto Martins em 1816 até o início do século XX, quando desta região saíram rumo à São Paulo as últimas grandes tropas de mulas. Período em que se definiu o período lusitano na região, fundaram-se as primeiras estâncias no território do atual município de Santa Bárbara do Sul e inicia-se o povoamento efetivo do Planalto Médio, cuja economia estava alicerçada no fenômeno do tropeirismo.

Com o intuito de localizar geograficamente as antigas fazendas de Santa Bárbara e suas limitações descritas nos inventários post-mortem de grandes proprietários de terras no século XIX, foram utilizados oito mapas diferentes: o Mapa elaborado por Bechoren (1875-1887) adaptado MADP, Mapa Antigo do Município de Cruz Alta (1920) e do Mapa do Rio Grande do Sul (1915-1929), estes últimos organizados por João A. Edler, além de cartas topográficas do exército dos municípios de Cruz Alta e Santa Bárbara do Sul e mapas municipais dos mesmos. Com o auxílio de duas obras de notícias descritivas do século XIX: “Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Rio Grande do Sul” (1875-1887) de Maximiliano Beschoren e “Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província do Rio Grande do Sul” de Evaristo Affonso de Castro de 1887, foi possível identificar estradas, caminhos, rios, áreas geográficas (como por exemplo a Coxilha Grande) usados como limites, as famosas “fronteiras naturais”.

Para analisar as unidades produtivas (fazendas) no que se refere à criação de animais, foram coletados dados dos inventários, usando como instrumento de pesquisa a “ficha de inventário”. A exposição dos resultados desta análise é apresentada na forma de gráficos estatísticos com as seguintes legendas: asininos (burra e burro/ jumenta e jumento), cavalari (égua, cavalos, potros), bovino (gado vacum), ovino (ovelhas) e muar (bestas/mulas).

Com o objetivo de mostrar quem são as famílias que povoaram os campos de Santa Bárbara no século XIX e suas relações de parentesco e vizinhança, foram elaborados quadros com as genealogias das famílias baseados nos dados dos inventários e testamentos dos proprietários.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o que denominei como “marcos históricos”, que acarretaram o início do povoamento efetivo do Planalto Médio. São eles: *1º A Conquista das Missões em 1801*: marca a conquista e a ocupação do território missioneiro, dando início a colonização estancieira luso-brasileira na Região das Missões. *2º A Oficialização da Estrada das Missões*: após a Expedição de 1816 comandada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins, que ficou conhecida como “*Vereda das Missões*”, houve um aumento do fluxo migratório de paulistas e paranaenses para o Planalto Médio, com o objetivo de formarem estâncias pastoris dedicadas à criação de animais e invernada das tropas. *3º A Ocidentalização do eixo tropeiro ou ciclo do tropeirismo no século XIX*: marca o aumento da circulação das tropas pela Estrada das Missões, o que ocasionou a formação dos primeiros núcleos povoadores da região destinados a oferecer infraestrutura aos tropeiros. Cidades surgiram na trilha das tropas como Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul, Carazinho, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria.

No segundo capítulo, tratamos das questões relativas à apropriação da terra. Neste capítulo procuramos demonstrar o expediente utilizado por militares e tropeiros “paulistas” para se apropriar dos campos nativos da região do Planalto Médio, bem como quem foram os maiores proprietários que formaram suas fazendas no território que hoje compreende o município de Santa Bárbara do Sul. Por fim, analisamos as unidades produtivas (fazenda) destes fazendeiros no que se refere à pecuária extensiva.

O terceiro capítulo trata, exclusivamente, do comércio de muares no século XIX, desde as fontes abastecedoras, os criatórios em Cruz Alta e nos países do Prata, até o mercado consumidor: a Feira de Sorocaba.

## CAPÍTULO I

### A EXPANSÃO PORTUGUESA E A ABERTURA DE NOVAS ROTAS

#### 1.1 A Conquista das Missões Orientais

A conquista das Missões Orientais em 1801 por milicianos luso-brasileiros com o beneplácito das autoridades portuguesas representou a “grosso modo” a definição das fronteiras do Rio Grande do Sul.

Para Mozart Pereira Soares a conquista das Missões foi “*o acontecimento chave, que deu margem a lusitanização do Planalto rio-grandense.*”<sup>1</sup>

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento com a conquista das Missões Orientais em 1801 “*o Rio Grande do Sul conquista sua fronteira oeste, e as Missões que se achavam em decadência sob a administração castelhana transformaram-se em nova área para a expansão das sesmarias.*”<sup>2</sup>

Tau Golin define a Guerra de 1801 entre Espanha e Portugal em território europeu como um dos “*eventos geopolíticos mais importantes da América Meridional durante o período colonial. Em alguns meses, os luso-brasileiros duplicaram o território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.*”<sup>3</sup>

Aproveitando a Declaração de Guerra entre Portugal e Espanha, os luso-brasileiros tomaram de assalto as Missões. Ao receber as notícias sobre o conflito na Europa, o governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o General Veiga Cabral passou a transferir os regulares e milicianos para a linha divisória e autorizar a penetração em domínios castelhanos.

---

<sup>1</sup> SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre: Bels, 1974. p 92

<sup>2</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980. p.23

<sup>3</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.* Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 205

Borges do Canto desertor do Regimento dos Dragões de Rio Pardo vira na Guerra uma possibilidade de perdão e retorno a carreira militar. Com a reincorporação as tropas teria ainda a possibilidade “oficial” de fazer saques e arreadas as Missões. Além de aventureiros e desertores arregimentados por Borges do Canto, soldados regulares completaram o bando que seguiu rumo as Missões.<sup>4</sup>

Em julho de 1801, a Guarda de São Martinho, reduto que vigiava a passagem do Pampa para o Planalto, foi tomada pela tropa miliciana do estancieiro Manoel dos Santos Pedroso. Enquanto seu rival Maneco Pedroso se dedicava à rapinagem, no dia 03 de agosto, Borges do Canto tomou o Caminho Geral das Missões para conquistá-las em apenas nove dias.<sup>5</sup> São Miguel depois de sitiada capitulou no dia 12 de agosto de 1801. Faltava ainda a região de São Borja, onde foi encontrado resistência. A milícia de Borges do Canto já engrossada por trezentos dragões, sob o comando do Sargento-Mor José Moraes, após intenso combate conquista o último reduto missioneiro.<sup>6</sup>

Os luso-brasileiros rio-grandenses foram beneficiados com a notícia de Paz na Europa e pelo fato que no “*Tratado de Badajós não se estabeleceu nenhuma palavra a respeito do que deveria ocorrer nas fronteiras sul-americanas.*”<sup>7</sup> A questão dos limites não retornou ao *status quo ante bellum* dos Tratados de 1777 e 1778, mas ao “*mesmo estado que se achava anteriormente ao Tratado de 1750*”.<sup>8</sup>

As autoridades sul rio-grandenses trataram de efetivar a ocupação das áreas conquistadas. O processo era conhecido: da conquista do território passava-se a ocupação colonização estancieira, criando-se uma situação de *uti possidetis*. Esse processo sistemático ia da distribuição ou ocupação espontânea de terras para a criação de gado e posterior edificação de vilas.

---

<sup>4</sup> op.cit p.210.

<sup>5</sup> op. cit p. 214

<sup>6</sup> op. cit. p.216

<sup>7</sup> SÃO LEOPOLDO, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Visconde de. Anais da Província de São Pedro. Apud GOLIN, Tau. A fronteira. p.232

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Cândido Baptista de. Reconhecimento Topográfico da fronteira do Império na Província de São Pedro. Apud GOLIN, Tau. A Fronteira. p.232

A apropriação da terra começa pelos campos nativos com a formação de estâncias pastoris.<sup>9</sup> O Planalto Médio provido de campos nativos e cortado por diversos rios, era o local ideal para a instalação de fazendas de criar. No entanto, a forte instabilidade na região e falta de definição da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, fez com que a região do Planalto Médio permanecesse pouco habitada até a década de 1820, quando se inicia o povoamento efetivo da região com a chegada de militares e tropeiros paulistas e paranaenses.

Após a Conquista das Missões e a ocupação do território o objetivo do governo português passa a ser a integração desta região à economia do Brasil, através da abertura de novas rotas que ligassem a região missioneira aos centros consumidores.

A antiga trilha das Missões (entre Cruz Alta e Vacaria) usada pelos índios guaranis para abastecer as Missões, através de tropeadas às Vacaria dos Pinhais, torna-se um intenso corredor de tropas rumo a São Paulo.

A oficialização da Estrada das Missões e abertura de novas rotas no atual estado de Santa Catarina, integrando essa região à economia brasileira tem como marco inicial a Expedição de 1816 comandada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins que ficou conhecida como a “Vereda das Missões”.

---

<sup>9</sup>ZARTH, Paulo Afonso. A Conquista da fronteira norte do Rio Grande do Sul. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero.RS: 200 anos Definido Espaços na História Nacional. Passo fundo: UPF, 2002. p. 46

## 1.2 A Vereda das Missões

A historiadora Roselys Vellozo Roderjan pesquisou a Expedição de 1816 comandada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins de forma detalhada, baseando-se em documentos encontrados em arquivos nos estados de São Paulo, Paraná e no Rio Grande do Sul.

Para que possamos entender a importância da Expedição de 1816 empreendida pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins, que acarretou a ocidentalização do eixo tropeiro e o aumento do fluxo migratório para a região do Planalto Médio é necessário começar analisando a Real Expedição que alcançou os campos de Guarapuava, a fundação do Povoado de Atalaia, as explorações realizadas em território adjacente, todo o processo de conquista e ocupação da fronteira oeste que começa com a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, retomando o antigo projeto do Marques de Pombal.

A referida Expedição gerou muitas polêmicas e por causa disso o Alferes Atanagildo Pinto Martins não recebeu os méritos que lhe são devidos. O desvio da Expedição a leste atrasou em quarenta anos a estrada pretendida pelo governo brasileiro. O fato de parte da escolta de Atanagildo não mais voltar a Atalaia desagradou sobremaneira a “Junta” em São Paulo responsável pela Real Expedição, ocasionando o afastamento do Alferes do Regimento de Milícias de Curitiba.

O novo caminho descoberto por Atanagildo que passava pelos Campos Novos (atual estado de Santa Catarina) e no Passo do Pontão (atual Barracão - RS) originou uma estrada que encurtava o caminho das tropas em 60 ou 70 léguas se comparado com o antigo percurso. Este caminho de tão transitado pelos tropeiros vindos de São Paulo, gerou a necessidade da criação de uma nova coletoria no Passo do Pontão, deixando o Registro de Santa Vitória quase deserto.

Passamos agora a narrar a Real Expedição, um longo processo de conquista e ocupação da fronteira oeste empreendida pelo governo português pelo domínio e defesa das fronteiras confinantes com as posses espanholas.

D. João VI, Príncipe Regente de Portugal, chegou ao Brasil em janeiro de 1808, depois de abandonar o seu país, que fora invadido pelas tropas napoleônicas. Logo em seguida iniciou a organização do governo do Brasil. Uma das medidas foi retomar o antigo projeto do Marques de Pombal, quanto à fronteira oeste confinante com os domínios espanhóis.

A Carta Régia de 1º de Abril de 1809 determinava a abertura de uma estrada que comunicasse a Capitania de São Paulo com o “*País das Missões*”.<sup>10</sup>

De 1768 a 1774 foram feitas várias expedições, a fim de ocupar os campos de Guarapuava. Cerca de quarenta anos depois, os almeçados campos foram alcançados em 1810 pela Real Expedição chefiada pelo Tenente- Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, da Milícia de Curitiba.<sup>11</sup> No local Diogo Pinto fundou uma povoação que chamou de “Atalaia”. A partir dos Campos de Guarapuava seguiu-se a exploração pelo território adjacente. Em dezembro de 1814 assume o governo da Capitania de São Paulo Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma. O mesmo Conde recebeu uma determinação de Sua Majestade para que se informasse sobre “*o fim principal da Expedição de Guarapuava, seus progressos e o estado atual.*”<sup>12</sup>

O principal objetivo destas expedições em território paranaense era abrir uma estrada que saísse nas Missões. Como podemos atestar através do depoimento de Diogo Pinto, comandante da Expedição, sobre o estado atual da mesma: (...) “*o estado atual é, de fato concluir, o alferes da cavalaria de Curitiba Athanagildo Pinto a abertura da estrada, saindo com ela a Missões* (...)”<sup>13</sup>

Após o depoimento de Diogo Pinto sobre o estado atual da Expedição, o Conde de Palma baixa uma Portaria datada de 18 de agosto de 1815 onde ordena ao dito Tenente-Coronel que “*haja de prosseguir aquela já principiada exploração.*”<sup>14</sup>

---

<sup>10</sup> RODERJAN, Roselys Vellozo. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. Passo Fundo, Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1991. p. 57-64.

<sup>11</sup> RODERJAN, Roselys Vellozo. O Alferes Athanagildo e o Passo do Pontão. In: SANTOS, Lucila S., et al (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000. p. 79

<sup>12</sup> SOUZA CHICHORRO. Memórias da Secretariado Governo da Capitania de São Paulo. Apud RODERJAN, Roselys Vellozo. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. p. 64.

<sup>13</sup> Apud op cit p.65

<sup>14</sup> PORTARIA, Junta da Real Expedição e Conquista de Guarapuava. São Paulo, 18 de agosto de 1815. Apud op.cit. p.65

Seguindo as determinações da Portaria, Diogo Pinto retorna para Atalaia e prossegue as explorações para o Sul. Em novembro de 1815 o Alferes Atanagildo atinge as cabeceiras do rio Chapecó nos campos de Palmas. Em Atalaia, o Tenente-Coronel Diogo Pinto recebeu o ofício e o roteiro desta exploração. A 10 de janeiro de 1816 ordenou ao Alferes Atanagildo o prosseguimento “(...) *da diligência de que está encarregado até o ponto de entrar em um dos Povos de Missões Portuguezas.*”<sup>15</sup>

Atanagildo deu início a jornada com uma pequena escolta, chegando três meses depois ao Povo de São Borja das Missões. Porém, o índio Jongongue seu guia, desviara a escolta para leste, evitando o ataque dos índios a oeste, distanciando-os das Missões. Desviando de Lages e Curitiba chegaram a Campos desconhecidos até então, a região de Campos Novos no atual estado de Santa Catarina. Atravessaram o rio Uruguai por um passo localizado abaixo da confluência de todos os outros rios e saindo nos campos da Vacaria, atingiram a antiga Estrada das Missões, por onde percorreram a região do Planalto Médio até chegar ao destacamento de São Borja.

A Expedição de 1816 comandada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins realmente descobriu um novo caminho que trouxe grande vantagens aos tropeiros, no que diz respeito a diminuição das despesas nos dias de viagem que encurtava, bem como na perda de animais que sempre ocorria no caminho que seguia por Lages.

Na “Comunicação” que fez o Comandante das Missões Francisco das Chagas Santos ao Marquês de Alegrete após receber o Alferes Atanagildo e tomar-lhe o depoimento, já previra que seria uma boa estrada:

De todo o terreno, assim dos campos, como dos bosques por onde transitou nesta viagem o referido Alferes, é plano e enxuto como ele diz, segue-se que podemos ter uma boa estrada, e de muita utilidade entre esta Capitania e a de São Paulo, não só porque admite o transporte de carretas, visto que não tem Serros nem pântanos, como por ter menos 60 ou 70 léguas que o antigo ou atual caminho.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> RODERJAN, O Alferes Atanagildo Pinto Martins e o Passo do Pontão. p. 79

<sup>16</sup> CORRESPONDÊNCIA. Francisco das Chagas Santos ao Marques de Alegrete. São Borja, 30 de maio de 1816. Apud RODERJAN, Roselys Vellozo. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. p 72



A “Informação” do Major Atanagildo Pinto Martins dirigida a Câmara de Cruz Alta sobre a estrada para a Província de São Paulo pelos Campos Novos em 21 de setembro de 1847, nos esclarece que a referida estrada descoberta no ano de 1816 se tornou rota principal dos tropeiros vindos de São Paulo:

Tem além de tudo isto a grande vantagem de encurtar pelo menos seis dias de viagem, já está transitável a maior parte das comitivas que vem da Província de São Paulo, seguem por ella mesmo, já algumas tropas tem por ella saído com a permissão do Administrador do Registro de Santa Vitória.<sup>17</sup>

É por essa razão que o próprio Atanagildo sugere que o registro de Santa Vitória seja transferido para o Passo do Pontão:

O que torna visível as vantagens desta estrada, sobre a antiga é o fato de ser ella tão transitada apesar de nenhum beneficio ter recebido da industria humana e sendo ella aberta convenientemente, todo o comercio desta província para a de São Paulo se fará por ella com grande vantagem não só na diminuição de despesas nos dias de viagem que encurta, como em perda de animais que sempre ocorre na estrada actual. Creio, portanto, que mais facilitará esse comércio, a mudança do Registro de Santa Vitória para o Passo do Pontão.<sup>18</sup>

Entretanto, o caminho pretendido era a oeste, uma estrada que ligasse os Campos de Guarapuava diretamente com as Missões, que só foi descoberto em 1845 pelo Alferes Francisco da Rocha Loures, que partindo de Guarapuava consegue chegar aos Campos de Nonoaí no Rio Grande do Sul, atravessando o Passo do Goio-Em no Rio Uruguai. Em 1857, Francisco Rocha Loures já nomeado “Diretor Geral dos Índios do Paraná” ainda dirige os trabalhos da estrada de Guarapuava às Missões, à qual ainda não estava totalmente aberta e transitável.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> INFORMAÇÃO de Atanagildo Pinto Martins à Câmara de Cruz Alta sobre a estrada de Campos Novos, datado de 21 de setembro de 1847, em cumprimento ao ofício do Presidente da Província datado de 1º de julho de 1847, o qual solicitava a Câmara de Cruz Alta que “ouvindo o dito Major informasse a respeito da nova estrada desta Província para a de São Paulo”. AHM-CA Livro de Registros da Câmara de Cruz Alta. n° 274 folha 47 verso.

<sup>18</sup> INFORMAÇÃO de Atanagildo Pinto Martins. AHM/CA Livro de Registros da Câmara de Cruz Alta. n° 274 folha 48.

<sup>19</sup> RODERJAN, Roselys Vellozo. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. p 109-111.

Por mais de quarenta anos, os tropeiros fizeram uso da estrada descoberta pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins, que de tão transitada que se encontrava, foi necessário a remoção do Registro de Santa Vitória para o Passo do Pontão em 1848.

Roderjan destaca quais foram os principais resultados da “Vereda das Missões”:

Seus principais resultados foram a descoberta da região de Campos Novos em Santa Catarina e o reconhecimento oficial da antiga estrada das Missões, que dos Campos da Vacaria, no Rio Grande do Sul, dirigia-se para o Oeste, atingindo as Missões. Ficava, porém, sem solução, uma das principais finalidades da Real Expedição: a abertura de um novo caminho para as Missões, principal objetivo da ocupação daqueles campos. Aos interesses estratégicos pela posse da fronteira oeste somam-se os econômicos, representados pelo comércio do tropeirismo.<sup>20</sup>

O que nos interessa aqui é comprovar que a Expedição de 1816 comandada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins transcorreu de maneira oficial e o caminho aberto nos estados do Paraná e Santa Catarina até encontrar o antigo caminho das Missões acarretou a “ocidentalização” do eixo tropeiro. Nesse sentido, Adriana Fraga da Silva apoiando-se em Barroso (1979) enfatiza:

(...) é importante sublinhar que o novo caminho seguido em direção à região missioneira conhecido como “Vereda das Missões” marca o início de uma nova fase caracterizada pela “corrida para o oeste” do estado. Desde que o território das Missões foi incorporado ao Rio Grande (1801) a Coroa tentava, através de diversas medidas, a ocupação e abertura de rotas nesta região.<sup>21</sup>

A “Vereda das Missões” propiciou a integração da Província do Rio Grande do Sul à economia do Brasil. A região missioneira tornou-se o centro abastecedor de muares para os mercados consumidores (Sorocaba-SP).

---

<sup>20</sup> Op. Cit . p. 103-4

<sup>21</sup> SILVA, Adriana Fraga da. Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem nos Campos de Cima da Serra./RS. Porto Alegre: PUCRS, 2006 Dissertação (Mestrado em História ) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), 2006. p.158

Após a Expedição de 1816, pode-se verificar o aumento do fluxo migratório para o Planalto Médio, especialmente de militares e tropeiros procedentes dos Campos Gerais do Paraná. Fundaram-se nesta região estâncias pastoris destinadas à criação de muares e internada das tropas que seguiam rumo a São Paulo. Com o aumento da circulação das tropas pela Estrada das Missões surgem os primeiros núcleos urbanos, originários de pontos de infraestrutura destinada aos tropeiros.

### 1.3 O Ciclo do Tropeirismo no século XIX

O ciclo do tropeirismo que tratamos neste trabalho é exclusivamente o do século XIX, após a incorporação das Missões ao território português. Abordamos o processo de ocupação e povoamento do antigo município de Cruz Alta, mais especificamente os campos de Santa Bárbara. É neste período que esta região é integrada a economia brasileira como fornecedoras de gado vacum, cavalar e muar para abastecer os centros consumidores.

Para consolidar a conquista deste território e incluí-lo na economia foram necessárias uma série de medidas, como a instalação de estâncias pastoris e a abertura de novas rotas que ligassem as Missões à Província de São Paulo na grande feira de animais em Sorocaba.

Loiva Otero Félix a referir-se ao povoamento da região de Cruz Alta apoiou-se na obra de Mozart Pereira Soares “Santo Antônio da Palmeira”, naquilo que ele definiu como “*bandeirantismo pastoril*”.<sup>22</sup> A segunda fase do povoamento do Planalto Médio é assim descrita pela autora:

b) ciclo do *tropeirismo* ou do *bandeirantismo pastoril*, em que o povoamento se fez impulsionado por duas motivações: uma de ordem econômica – apropriação da gadaria remanescente da criação jesuíta- e outra de ordem estratégica - necessidade de defesa do território das missões, após sua incorporação ao Brasil. Abrange todo o século XIX, da Expedição de Athanagildo Pinto Martins, em 1816, até inícios do século XX, quando daqui saíram, rumo a São Paulo, as últimas grandes tropas de mulas. Período em que se definiu o domínio lusitano na região, fundaram-se as primeiras fazendas, fixaram-se os primeiros núcleos urbanos.<sup>23</sup>

Ruschel classifica o tropeirismo do século XIX como “Tropeirismo Paulista nas Missões”, quando a mercadoria muar partia das fontes abastecedoras, seguia pelo caminho das Missões para o destino consumidor: a feira de Sorocaba.

---

<sup>22</sup> SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre: BELS, 1974. p. 92-132

<sup>23</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 98

Em 1801 a região missioneira foi incorporada em definitivo ao território do Rio Grande do Sul. Na década seguinte, por iniciativa do curitibano Atanagildo Pinto Martins, os caminhos vindos do norte, que já atravessavam os Campos Novos do oeste catarinense, atingiram o rio Uruguai no Passo do Pontão (hoje Barracão) e daí conectaram-se a rede viária missioneira. Desta forma, o comércio tropeiro para São Paulo (Sorocaba) deslocou-se do Planalto Oriental para o Planalto Central e Missões. Os rebanhos da Vacaria do Mar se tinham esgotado, mas os das antigas estâncias jesuítas, logo apropriadas pelos conquistadores da área, guardavam capacidade para surtir o mercado do Brasil Central. Reflexo deste deslocamento, o próprio Registro Fiscal precisou remover-se para o Passo do Pontão em 1848. Outra via de escoamento de tropas de gado para as Províncias Centrais, que também utilizava o sistema de estradas da região missioneira, inaugurou-se pela metade do século, graças ao Passo do Goio-em, aberto pela diligência do paranaense Francisco da Rocha Loures.<sup>24</sup>

Segundo Vera Barroso a *“pretensão era alcançar a área missioneira, por um caminho que diretamente articulava a área abastecedora com a consumidora”*<sup>25</sup> Com a abertura da Vereda das Missões em 1816 pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins a rota tropeira se ocidentalizou, transferindo-se do Caminho de Viamão para a Estrada das Missões:

(...) além do percurso mais curto, a topografia do oeste sul rio-grandense acabou por ser mais favorável ao comércio das tropas, animando a estrada das Missões. Através dela, núcleos povoadores se formam, com muitos que vieram das Capitânicas de São Paulo, do Paraná (especialmente) e também de Santa Catarina.<sup>26</sup>

O deslocamento das tropas para o oeste do estado utilizando-se da estrada das Missões dá início ao ciclo do tropeirismo do século XIX, o qual foi responsável pelo povoamento e a formação dos primeiros núcleos urbanos no Planalto Médio.

---

<sup>24</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben. Tropeirismo nos Séculos XVII, XVIII, XIX e XX. In.: SANTOS, Lucila S., et al (Org.). Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000. p. 43.

<sup>25</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. O Tropeirismo na Formação do Sul. In.: BOEIRA, Nelson et al. (Org.) História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.183

<sup>26</sup> Op. cit p. 185

## CAPÍTULO II

### A FORMAÇÃO DAS ESTÂNCIAS PASTORIS

#### 2.1 As Concessões de Posse

Após a conquista das Missões em 1801 por milicianos luso-brasileiros e a oficialização do Caminho das Missões, ligando o território missioneiro à Província de São Paulo, inicia-se o povoamento efetivo da região do atual Planalto Médio.

O território das Missões foi alvo de disputa entre uruguaios, argentinos e brasileiros até o final da década de 1820.<sup>28</sup> Por isso, a maioria dos estancieiros a se instalarem no antigo município de Cruz Alta foram militares e/ou tropeiros, formando assim, uma elite pastoril de estancieiros-militares.

Desde o período colonial, o expediente utilizado pela Coroa Portuguesa para expandir seus domínios rumo a oeste do estado foram as “concessões de sesmarias”, onde se formou uma classe de estancieiros-soldados, que ao resguardar seus bens, estava automaticamente garantido o controle do domínio lusitano na região. Neste sentido, a historiadora Véra Lúcia Maciel Barroso enfatiza a importância da concessão da sesmaria ao longo do caminho das tropas:

A Coroa, ao legalizar a posse das terras ao longo do caminho das tropas e em suas imediações, transferia o ônus da manutenção da terra a particulares, garantindo e resguardando indiretamente os seus domínios no extremo Sul brasileiro.<sup>29</sup>

Paulo Afonso Zarth em seu estudo sobre a região do Planalto Médio argumenta que “*são poucas as sesmarias distribuídas na região serrana, pois o povoamento efetivo se inicia na década de 1820, quando a Lei de Sesmarias foi abolida do Império do Brasil.*”<sup>30</sup> Da Independência até a promulgação da Lei de Terras de 1850 ocorreu “*a vacância do sistema colonial das sesmarias, relativo à doação de terras, ocupação de posses e legitimação da propriedade fundiária.*”<sup>31</sup> Do ponto de vista legal, o beneficiado recebia a “*concessão de posse*”, que até 1850 estivera a cargo das comandâncias militares.

<sup>28</sup> ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho. (1850-1920). p.27

<sup>29</sup> BARROSO, Vera Lúcia Maciel. O Tropeirismo na Formação do Sul. In.: BOEIRA, Nelson et al. (Org.) História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.183

<sup>30</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit. p. 48

<sup>31</sup> AVILA, Ney Eduardo Possappd'. Passo Fundo Terra de Passagem. Passo Fundo-RS. Aldeia Sul, 1996.p. 46

Em um ofício enviado pela Câmara Municipal de Cruz Alta ao Presidente da Província em 1850 acerca dos campos devolutos, nos dá uma idéia do processo de ocupação dos campos nativos na região para a formação de estâncias pastoris:

(...) Tendo os antigos padres da Companhia de Jesus fundado as reduções nestes lugares então só habitadas pelos Índios e fundado os Sete Povos das Missões Oriental do Uruguay fiserão estabelecimentos de agricultura e criação em diversos lugares e abandonarão estes estabelecimentos quando não erão de vantagem para colocar em outro lugar, visto que só elles habitarão as ditas Missões. Depois de sua extinção os administradores Hispanhões conservaram o mesmo regimem e depois da Conquista começou a ser habitada estas Missões pelos portugueses, e julgando-se os Administradores e os Cabildos dos Povos com direito de venderem os terrenos de Missões fiserão venda não só de alguns estabelecimentos que occuparão como de alguns terrenos devolutos sobre os quais nenhum direito podia ter, era de considerar-se como pertencendo as comunidades dos Índios todo o terreno que formavam a antiga Província das Missões. Como era fácil pessoas que vinham se estabelecer n'estes lugares comprar a um Cabildo o campo que precisarão por baixo preço, que obter sesmarias, preferiam a este expediente até que sendo o Comandante Geral das Missões autorizado a conceder terrenos devolutos a quem os queria cultivar e sendo este ainda mais fácil de obter terrenos a elles se recorriam os que queriam obter terrenos. Estes concediam a quem pedia desde que pela informação do Comandante do Distrito e respostas das hareas confinantes lhe constava estar o terreno desocupado, sem distinguir se pertencerão ou não a comunidade dos Índios. Por esta rasão são muito raros os terrenos obtidos por Sesmarias neste Município; e os únicos títulos que há de propriedade dos terrenos é alem da posse venda feita pelos Cabildos dos Povos e Concessões dos Comandantes Gerais.<sup>32</sup>

Assim, os campos nativos da região do Planalto Médio foram ocupados por militares e tropeiros, através do simples expediente de obter concessão das autoridades militares, dando origem ao latifúndio pastoril na região.

---

<sup>32</sup> REGISTRO DE UM OFÍCIO SOBRE OS CAMPOS DEVOLUTOS. Nº 55. Câmara Municipal da Vila de Cruz Alta - 17 de janeiro de 1850. AHM/CA livro 274 folha 113-116. Cruz Alta -RS

## 2.2 A Ocupação Luso -Brasileira dos Campos de Santa Bárbara

O antigo município de Cruz Alta foi palco da ocupação luso-brasileira, por militares e tropeiros que vieram da Capitania de São Paulo, especialmente da região dos Campos Gerais no Paraná.

De acordo com Nascimento “*um dos primeiros povoadores paulistas a se instalarem na região de Cruz Alta foi o fazendeiro Manoel José da Encarnação*”<sup>33</sup>, o qual se apropriou de extensas áreas de terras nos atuais municípios de Panambi, Santa Bárbara do Sul, Palmeira das Missões e Cruz Alta.

As terras de Encarnação limitavam-se com as de Atanagildo Pinto Martins e Joaquim Thomaz da Silva Prado, ambos compunham a elite política de Cruz Alta e integraram a primeira legislatura da Câmara de Vereadores, em 1834. A vizinhança entre estes três grandes fazendeiros “*possibilitou relações comerciais e de parentesco entre eles, mas também de conflito em função de discordância nas divisas das terras.*”<sup>34</sup>

Dentre os migrados para o Sul, o tenente-coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado “*membro de família ilustre paulista*”, se estabeleceu em Cruz Alta e apossou-se de grandes áreas de campo, “*obtidos por despacho do comandante da fronteira em 1825*”,<sup>35</sup> e “*levaria suas divisas além da Corticeira, se não lhe sai ao embargo o velho Manoel da Encarnação.*”<sup>36</sup> A área de litígio denominada “Corticeira”, situa-se no atual município de Santa Bárbara do Sul.

Outro exemplo de ocupação luso-brasileira dos campos nativos do antigo município de Cruz Alta foi a do Major Atanagildo Pinto Martins, que se apropriou de áreas em Cruz Alta, Santa Bárbara e Palmeira das Missões. Suas terras limitavam-se com as de Manoel José da Encarnação e ainda com a propriedade de seu irmão Rodrigo Félix Martins (atual município de Carazinho) e com seu outro irmão Francisco de Paula Pinto, com as terras de seu genro e Vitor Antonio Moreira e seus enteados Joaquim Fortunato do Amaral e José Egipto do Amaral (estes últimos em Palmeira das Missões).<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> NASCIMENTO, José Antônio Moraes. Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Tese (Doutorado em História) p. 21

<sup>34</sup> Op.cit. p.26

<sup>35</sup> ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Médio Gaúcho. 1850-1920. p. 53.

<sup>36</sup> SILVEIRA, Hemetério Velloso. Missões Orientais e seus Antigos Domínios. p. 325.

<sup>37</sup> Inventário de Atanagildo Pinto Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. APERS. N 9 M1 E10 1851.



Ávila classifica a sociedade pastoril que se forma na fase inicial do Povoamento do Planalto Médio como sendo “*latifundiária pastoril, patriarcal-militar e escravocrata.*”<sup>38</sup> *Latifundiária pastoril* porque era baseada no apossamento individual de grandes extensões de terras, preferencialmente áreas de campo nativo, para a introdução da pecuária extensiva. *Patriarcal* porque estava centrado na figura no pai de família, o chefe da grande família, da qual faziam parte além da esposa e dos filhos, genros, noras, netos, irmãos, cunhados, enfim toda a parentela de sangue, compadrio e dependentes: criadagem, agregados e escravos. Todos os membros desta enorme família estavam submetidos à vontade do patriarca. *Militar* porque o fazendeiro tinha origem militar ou se transformava de fato em “chefe militar”, “coronel” ou “caudilho”. A condição de chefe militar vinha do prestígio de ser possuidor de grandes extensões de terras, escravos e gado e, principalmente, de poder mobilizar em armas seus dependentes em caso de conflitos internos e externos. *Escravocrata*, porque apesar da economia da região do Planalto Médio ser baseada na pecuária, é possível constatar um bom número de escravos por estancieiro, onde as relações de trabalho nas fazendas tinham como predominância as formas não assalariadas e submetidas às ordens do patrão, o que caracterizava o fazendeiro desta região como um verdadeiro senhor de escravos.<sup>39</sup>

Essas características acima descritas são facilmente identificadas nos inventários post-mortem destes três grandes fazendeiros que se apropriaram dos campos de Santa Bárbara na década de 1820.

---

<sup>38</sup> ÁVILA, Ney Eduardo Possapp d'. Passo Fundo: Terra de Passagem. Passo Fundo-RS. Aldeia Sul, 1996.

<sup>39</sup> Op. cit. p. 48-9

### 2.2.1 Atanagildo Pinto Martins

Atanagildo Pinto Martins nasceu em 1772, na Vila de Castro nos Campos Gerais de Curitiba, atual estado do Paraná. Era filho do Capitão- Mor Rodrigo Félix Martins, natural de Portugal e Anna Maria de Jesus, nascida na Freguesia de São José dos Pinhais. “*Atanagildo seguiu a carreira militar e foi sertanista, dedicando-se também a criação de animais.*”<sup>40</sup> Casou-se com Anna Joaquina do Amaral, filha de Antônio Ribeiro de Oliveira Neves, natural de Minas Gerais e de Ana Maria do Amaral, natural de São Paulo. Deste matrimônio tiveram os seguintes filhos: Marinha Esbela do Amaral, Ana Maria do Amaral, Felicidade Maria do Amaral e Carlota Joaquina do Amaral. Consta, ainda, nos testamentos tanto de Atanagildo como de Anna Joaquina a menção aos “filhos já falecidos” Emígdio com três meses e Antônio com vinte anos.<sup>41</sup>

Antes de se casar com Atanagildo, Anna Joaquina do Amaral fora casada com João Bonifácio Antunes, natural de Taubaté, com quem teve os seguintes filhos: Maria Eulália do Amaral, Joaquim Fortunato do Amaral e José Egipto do Amaral. A enteada de Atanagildo Maria Eulália do Amaral casou-se com seu irmão Francisco de Paula Pinto e tiveram um filho ao qual deram o nome de “Atanagildo Pinto Martins” que foi Brigadeiro em Palmeira das Missões.<sup>42</sup>

Atanagildo fixou residência no atual município de Santa Bárbara do Sul e sua fazenda era fronteira ao do irmão Rodrigo Félix Martins, estabelecido nos campos de Pinheiro Marcado, atual município de Carazinho. Seus enteados e filhas casaram com seus sobrinhos ou parentes de seus irmãos formando uma grande família. Como podemos observar na tabela abaixo:

---

<sup>40</sup> RODERJAN, Roselys Velloso. O Alferes Atanagildo Pinto Martins e o Passo do Pontão. p.77

<sup>41</sup> TESTAMENTO de Atanagildo Pinto Martins. Feito na Invernada da Guarita em 22/10/1842.

TESTAMENTO de Anna Joaquina do Amaral. Feito na Fazenda Santa Bárbara em 22/11/1843.

<sup>42</sup> SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre. Bells, 1974. p.110.

## QUADRO 1

## GENEALOGIA DE ATANAGILDO PINTO MARTINS

<b>Atanagildo Pinto Martins e Ana Joaquina do Amaral</b>	<b>Marinha Esbella do Amaral - solteira</b>	
	<b>Anna Maria do Amaral e Victor Antônio Moreira</b>	<b>Belizário Moreira do Amaral e Dalila Dias Domingues</b>
		<b>Laurindo Moreira do Amaral</b>
		<b>Ana Antonia Moreira do Amaral e Manoel Antunes da Rocha Coutinho</b>
		<b>Maria Madalena Moreira do Amaral e Francisco Antonio Martins</b>
		<b>Julia Moreira do Amaral e Serafim Ferreira de Oliveira e Silva</b>
	<b>Felicidade do Amaral foi casada com Francisco Leandro de Quadros</b>	<b>Fabício Martins de Quadros casado com Iíbia Maria de Quadros</b>
	<b>Carlota Joaquina do Amaral também foi casada com Francisco Leandro de Quadros</b>	<b>Honorato Amâncio de Quadros casado com Luiza Emília Martins</b>
<b>Antônio falecido solteiro com vinte anos</b>		
<b>Emigdio falecido com três meses</b>		
<b>Ana Joaquina do Amaral - 1º Casamento com João Bonifácio Antunes</b>	<b>Maria Eulália do Amaral e Francisco de Paula Pinto</b>	<b>Atanagildo Pinto Martins (Sobrinho) casado com Maria Raimunda Novaes</b>
		<b>Antonio Martins Pinto</b>
		<b>Maria Benedita casada com Francisco Leandro do Amaral</b>
		<b>Barbara Maria do Amaral casada com Joaquim Antonio Ribeiro</b>
		<b>Anna Perpétua de Jesus</b>
		<b>Maria Rufina casada com Francisco de Paula</b>
		<b>Rosa Sebastiana Pinto</b>
	<b>Joaquim Fortunato do Amaral e Gertrudes Maria de Andrade</b>	<b>Rosália Fortunato do Amaral casada com David Antônio de Souza.</b>
		<b>Daria Fortunato do Amaral casada com David Antonio Nunes</b>
		<b>Joaquim Antonio Ribeiro casado com Barbara Maria do Amaral</b>
		<b>Benjamim Constant do Amaral casado com Maria dos Anjos</b>
	<b>José Egipto do Amaral e Escolástica Maria da Trindade</b>	<b>Maria clara do Amaral casada com Antonio José de Sousa</b>
		<b>Vicente Ferreira do Amaral</b>
		<b>Ana Joaquina do Amaral (neta)</b>
		<b>Manoel José do Amaral</b>
		<b>Angélica do Amaral</b>
		<b>Veríssimo do Amaral</b>

Fontes: Inventário de Atanagildo Pinto Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. 1851 APERS N9 M1 E10. Inventário de Anna Joaquina do Amaral. Cartório Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. 1855. APERS. A60 M3 E10. Filhos Anna Maria do Amaral e Victor Antonio Moreira (NASCIMENTO, 2007 : 34). Filhos de José Egipto do Amaral (RODERJAN, 1991:125)

Atanagildo Pinto Martins comandou a Expedição de 1816, que acarretou a oficialização da Estrada das Missões. O desaparecimento de parte da Escolta<sup>43</sup> que o acompanhava nesta Expedição desagradou a “Junta” em São Paulo, que o afastou do Regimento de Milícias de Curitiba. Logo após, Atanagildo foi nomeado Capitão – Comandante do Corpo de Guerrilhas, para servir ao Rio Grande do Sul, na luta contra Artigas. Em 1825, foi eleito Juiz Ordinário na Vila de Castro, onde já aparece nas atas como Sargento - Mor.<sup>44</sup>

O Major Atanagildo Pinto Martins e sua enorme parentela teriam fixado residência no Planalto Médio no final da década de 1820. Em 1834, com instalação da Câmara de Vereadores do município de Cruz Alta, Atanagildo foi eleito vereador com 123 votos, sendo o 3º mais votado, atrás apenas do Ten. Cel. Vidal José Pilar e do Capitão Joaquim Thomaz da Silva Prado.<sup>45</sup> Fez parte do primeiro Corpo de Jurados de Cruz Alta constituído no mesmo ano.<sup>46</sup> “Atanagildo serviu a Câmara de Vereadores de Cruz Alta desde a sua fundação. Suas assinaturas (Míz.:) iniciam-se em 1834 e terminam em 1844, em períodos alternados.”<sup>47</sup>

O longo período de legislatura dos vereadores da Câmara de Cruz Alta, pode ser comprovado através de um ofício enviado ao Presidente da Província em 18 de junho de 1844, cujo Presidente da Câmara de Vereadores era Atanagildo Pinto Martins:

Senhor Presidente da Província Barão de Caxias

(...) A Câmara Municipal, tomando na maior consideração a falta de empregados no município, já tem oficiado a Vossa Excellencia para bem mandar proceder elleições, quer para vereador, quer para juizes de pás, pois que hum e outros já servem com effectividade a perto de nove annos. (...) Villa do Espírito Santo da Cruz Alta em seção ordinária de dezoito de junho de mil oitocentos e quarenta e quatro. (...) O vereador Presidente Atanagildo Pinto Martins.<sup>48</sup>

---

<sup>43</sup> No regresso de sua missão, o Alferes Atanagildo Pinto Martins decidiu voltar para Atalaia somente com seus comandados militares e o índio Pahy. Ordenou seu guia, o índio Jongongue, e aos expedicionários restantes, que voltassem pelo oeste, que era o caminho pretendido. Jongongue e os demais homens não mais voltaram a Atalaia.

<sup>44</sup> ATAS DA CÂMARA DE CASTRO-PR. Sessão de 25 de maio de 1825. Disponível em: [www.camaracastro.pr.gov.br/atas](http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas) acesso em 27/07/2010.

<sup>45</sup> ECKER, Adair Francisco. A Trilha dos Pioneiros. Passo Fundo: Bertier, 2007.p.115

<sup>46</sup> ROCHA, Prudêncio. História de Cruz Alta. 2ed. Cruz Alta: Gráfica Mercúrio, 1980. p. 31

<sup>47</sup> RODERJAN, Roselys Velloso. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. 124.

<sup>48</sup> Ofício remetido pela Câmara de Cruz Alta ao Presidente da Província Barão de Caxias em 18 de junho de 1844. Livro de Registros da Câmara de Cruz Alta. Livro 274 folha 18 AHM/CA.

O Major Atanagildo Pinto Martins foi figura importante na política do antigo município de Cruz Alta, que na época compreendia todo o Planalto Médio. Em 1840, aos 67 anos, Atanagildo tomou parte no Combate de Curitibanos, lutando ao lado dos legalistas, derrotando as forças farroupilhas.<sup>49</sup> Faleceu em 1851 com 79 anos.

O inventário de Atanagildo Pinto Martins foi autuado em 15/07/1851 e seus bens totalizaram a quantia de 26:711\$455, os quais foram divididos entre sua esposa Anna Joaquina do Amaral, suas filhas Marinha Esbela do Amaral e Ana Maria do Amaral e seus netos Fabrício Luis de Quadros, filho de Felicidade Maria do Amaral falecida na época do inventário e Honorato Amâncio de Quadros, filho de Carlota Joaquina do Amaral também falecida.

Os bens de raiz importaram a quantia de 13:000\$000, dos quais faziam parte a Fazenda Santa Bárbara, várias invernadas em Palmeira das Missões e uma casa na Vila de Cruz Alta.<sup>50</sup> Atanagildo possuía 19 escravos, sendo que um foi entregue como dote a filha Ana Maria do Amaral, quando se casou como Vitor Antônio Moreira.

Os bens móveis, em sua maioria utensílios domésticos e objetos de prata foram avaliados em 184\$300. Possuía, também, duas carretas que eram usadas, provavelmente, para abastecer-se de sal em Rio Pardo. Como explica Aristides de Moraes Gomes: “*os estancieiros maiores organizavam suas carretas para trazerem sal de Rio Pardo,*”<sup>51</sup> este artigo indispensável para a criação de animais.

Seguindo a tendência da época, o inventário do Major Atanagildo Pinto Martins apresenta um grande percentual de animais cavalares, chegando a 38% de todo o rebanho contra 44% de gado bovino. O gráfico abaixo apresenta o perfil do plantel de animais do fazendeiro em 1851:

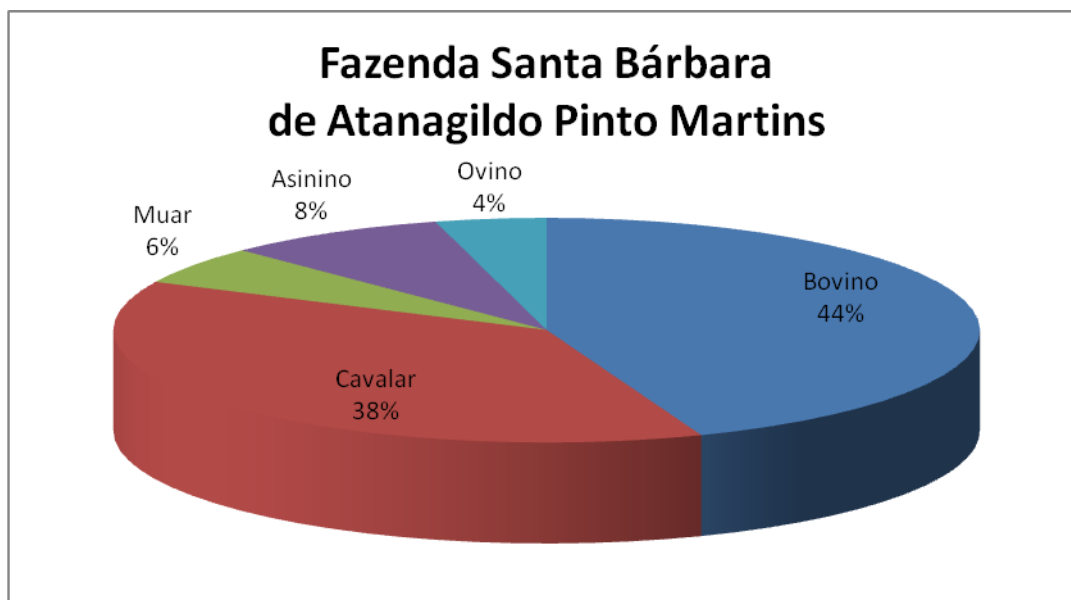
---

<sup>49</sup> RODERJAN, Roselys Velloso. O Alferes Atanagildo Pinto Martins e o Passo do Pontão. p. 78

<sup>50</sup> Inventário de Atanagildo Pinto Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. APERS. N 9 M 1 E 10. 1851

<sup>51</sup> GOMES, Aristides de Moraes. Fundação e Evolução das Estâncias Serranas. Cruz Alta. Dal Forno Editor, 1966.

**GRAFICO 1: PERFIL DO PLANTEL DE ANIMAIS DA FAZENDA SANTA BÁRBARA DE ATANAGILDO PINTO MARTINS (1851)**



**Fonte: Inventário de Atanagildo Pinto Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. APERS. 1851.**

Identifica-se um possível criatório de muares, porque há um número considerável de éguas, cerca de 238 e dois burro exor. O cruzamento da égua com o burro exor produz a mula, “*esta de extrema importância para o mercado da época*”.<sup>52</sup> De acordo com Aristides de Moraes Gomes “*os estancieiros serranos adquiriam grande quantidade de éguas para organizarem suas criações de mulas.*”<sup>53</sup>

Outro indício de criatório seria o bom número de burras que fazendeiro possuía, em torno de 57, estas serviriam para produzir os burros.

As bestas aparecem pouco no inventário, pois eram vendidas com um ou dois anos a tropeiros que as comercializavam nas feiras de Sorocaba. Neste inventário aparecem 25 bestas de um ou dois anos, as quais foram avaliadas em 4\$000 reis cada uma. Já as mulas mansas de carga foram avaliadas em 12\$000 e as de “sela” usada para montaria foram avaliadas em 14\$000.

<sup>52</sup> ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920. p. 109

<sup>53</sup> GOMES, Aristides de Moraes. Fundação e Evolução das Estâncias Serranas. p. 39

As ovelhas aparecem em pequeno número, porque, provavelmente, era uma criação doméstica. A lã produzida pelas ovelhas era usada para confeccionar cobertores, bicharas, ponchos, baixeiros e roupas grosseiras para os escravos.<sup>54</sup>

Ao proceder a partilha dos bens de Atanagildo Pinto Martins a metade ficou para a viúva e “terça” foi concedida à filha Marinha Esbela do Amaral, o restante foi dividido em quatro partes iguais de 2:233\$754 para cada herdeiro. A viúva Anna Joaquina do Amaral recebeu como pagamento de sua “meação” a “Fazenda Santa Bárbara” com campos, casas e benfeitorias, o valor da apólice que o casal tinha no Rio de Janeiro, parte nas dívidas ativas, utensílios, 140 rezes e oito escravos.

A herdeira Marinha Esbela do Amaral recebeu como pagamento da “terça” no valor de 4:467\$509, quatro escravos, 40 rezes xucras, 8 bois xucros, 3 bestas mansas, 25 bestas novas de um e dois anos, 4 burros, par de esporas de prata e a Invernada Grande no distrito de Palmeira. De sua legítima paterna recebeu ainda a Invernada “Cascavel” e a parte no campo “Carijo Queimado” ambos situados em Palmeira das Missões, mais dois escravos, 18 bois carreiros, 57 burras e 30 ovelhas, duas carretas e a casa na Vila de Cruz Alta.

A herdeira Ana Maria do Amaral casada com Vitor Antônio Moreira recebeu de herança, depois de descontado o valor do dote, a invernada denominada “Canário” em Palmeira das Missões, uma parte da escrava Fabiana e o escravo Fernando.

O neto Fabrício Luis de Quadros recebeu da legítima de sua mãe já falecida Felicidade Maria do Amaral, descontado o dote, o campo denominado “Carreteira” em Palmeira das Missões.

Já o outro neto Honorato Amâncio de Quadros recebeu de pagamento da herança destinada a sua falecida mãe Carlota Joaquina do Amaral, descontado o dote, a Invernada “Guarita” e uma parte do Campo “Carijo Queimado” em Palmeira das Missões, uma parte da escrava Fabiana, 119 éguas xucras.

Os campos que formavam a “Fazenda Santa Bárbara”, cerca de 16 mil hectares, foram divididos entre os herdeiros quando faleceu Anna Joaquina do Amaral em 1855.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Op. Cit. p. 211

<sup>55</sup> Inventário de Anna Joaquina do Amaral. Cartório Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS. A60 M3 E10. 1855

Marinha Esbela do Amaral também recebeu a “terça” de sua mãe, a qual englobava a invernada “Rincão dos Negros”, o campo onde estava situada a fazenda, a morada de casas denominada “Estância Santa Bárbara”, o campo denominado “Ronda” e a invernada “Barreiro”. (ver anexo - 2 os campos que compunham a Fazenda Santa Bárbara)

A herdeira Ana Maria do Amaral recebeu de herança de sua mãe, parte invernada “Rincão do Antônio Gonçalves”.

Os filhos dos herdeiros falecidos Maria Eulália do Amaral e Joaquim Fortunato do Amaral receberam parte do “Rincão do Pinheirinho”.

Os netos, filhos de José Egipto do Amaral, receberam parte da invernada “Rincão de Antônio Gonçalves e da invernada “Chapada Caiapea”.

Com a promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada em 1854, a Lei de Terras, os proprietários ou posseiros do antigo município de Cruz Alta deveriam registrar as suas terras na Paróquia, onde o vigário fazia o registro. Em 18 de março de 1856 consta um registro de uma parte de campo no Distrito da Vila de Cruz Alta em nome de Marinha Esbela do Amaral com o seguinte teor:

Huma parte de campo sita no Distrito da Vila de Cruz Alta. Divide-se por uma banda por uma vertente que desagua no lageado grande com Manoel Joaquim da Silva até desaguar no Jacuhy e por este até fazer barra com outro arroio denominado Lagoão. (...) Este campo foi parte da Fazenda Santa Bárbara que pertenceo ao finado Major Athanagildo Pinto Martins por compra que fez ao Alferes Antonio Pereira Borges em vinte oito de novembro de mil oitocentos trinta e tres o qual coube herança a possuidora abaixo assignada filha do dicto Major. Santa Bárbara vinte oito de Fevereiro de mil oitocentos e cincoenta e seis. Marinha Esbela do Amaral.<sup>56</sup>

A filha do Major Athanagildo Pinto Martins registrou outra área no distrito de Palmeira:

---

<sup>56</sup> Registro Paroquial de Terras. Cruz Alta. Livro I. nº 48. APERS.



(...) Invernada grande sita no Districto de Palmeira, deste município –divide-se por um boqueirão pela Estrada Geral com Victor Antonio Moreira de outra banda por uma vertente e restinga de Mattos com Benjamim Constante do Amaral e Alberto José Corça até o Rio Guarita (...) Este campo foi parte da Fazenda de São Jerônimo que pertenceo ao finado Major Athanagildo Pinto Martins, por concessão do Comandante Geral Silva, e posse no anno de mil oitocentos e vinte oito, a qual coube em legitima a possuidora abaixo assignada filha do dito Major. Santa Barbara, vinte oito de Fevereiro de mil oitocentos cincoenta e seis.- Marinha Esbela do Amaral.<sup>57</sup>

Roderjan afirma que Atanagildo Pinto Martins fixou residência no atual município de Santa Bárbara do Sul, por volta de 1826, já que *“em 1826 os camaristas da vila de Castro atestam que Atanagildo está estabelecido “nas Missoins”, como sargento-mor reformado”*<sup>58</sup>

De acordo com os registros paroquiais de terras acima citados vimos que Atanagildo Pinto Martins se instalou, primeiramente, em Palmeira das Missões, onde teria recebido “concessão do Comandante Geral Silva em 1828”<sup>59</sup> e somente em 1833 “compra” do Alferes Antônio Pereira Borges os campos que compunham a Fazenda Santa Bárbara, visto que a área que Marinha Esbela do Amaral registrou situada “no distrito da Vila de Cruz Alta”, eram os campos que recebeu de herança da mãe (Rincão dos Negros, os campos onde estava situada a fazenda, o campo “Ronda” e a Invernada “Barreiro”).

Outro dado importante é que Marinha Esbela do Amaral era solteira e sempre morou com os pais, devendo ter conhecimento das origens das terras da família.

Apesar do Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta não ser uma fonte totalmente confiável, devido às fraudes empreendidas por grandes proprietários, deve-se levar em consideração neste caso, por se tratar da única fonte conhecida que informa as “origens” das terras ocupadas pelo Major Atanagildo Pinto Martins e sua família no Planalto Médio.

<sup>57</sup> Registro Paroquial de terras. Cruz Alta. Livro I. nº 49. APERS.

<sup>58</sup>RODERJAN, Roselys Velloso. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. p.124

<sup>59</sup> Segundo Aurélio Porto em sua obra “História das Missões Orientais do Uruguai” p. 538, consta que o Comandante Geral das Missões em 1828 era o Coronel Manuel da Silva Pereira do Lago.

### 2.2.2 Joaquim Thomaz da Silva Prado

Joaquim Thomaz da Silva Prado nasceu em 1790, no Arraial de Nossa Senhora da Conceição, Bispaço do Rio de Janeiro, na então Capitania de Minas Gerais. Filho do Capitão-Mor de Jundiá (SP) e Cavaleiro Imperial da Ordem de Cristo, Eleutério da Silva Prado e de Joana Joaquina do Amor Divino.<sup>60</sup> Casou-se na Vila de Castro (atual estado do Paraná) em 28 de dezembro de 1821 com Maria Thomazia Novais, filha do Capitão Manoel José Novais Guimarães e de Dona Aguida Joaquina de Araújo.<sup>61</sup> Deste matrimônio tiveram dezesseis filhos, como podemos visualizar na tabela abaixo:

**QUADRO 2**  
**GENEALOGIA DE JOAQUIM THOMAZ DA SILVA PRADO**

<b>Joaquim Thomaz da Silva Prado e Maria Thomazia Novais</b>	<b>1. Marculina Maria da Silva Prado casou com José Elias Pacheco Jordão residentes na Província de São Paulo.</b>
	<b>2. Rafael da Silva Prado</b>
	<b>3. Theodorico da Silva Prado</b>
	<b>4. Francisco da Silva Prado</b>
	<b>5. Eleutério da Silva Prado</b>
	<b>6. Carolina da Silva Prado casou com Luis Gonçalves Terra</b>
	<b>7. Balbina Augusta da Silva Prado</b>
	<b>8. Anna da Silva Prado casou com o Brigadeiro Olivério José Ortiz residente na cidade de Alegrete.</b>
	<b>9. Belarmina da Silva Prado</b>
	<b>10. Uricena Redugéria da Silva Prado</b>
	<b>11. Bertolina da Silva Prado</b>
	<b>12. Joaquina da Silva Prado</b>
	<b>13. Maria das Dores da Silva Prado</b>
	<b>14. Gabriel Martinho da Silva Prado</b>
	<b>15. Elisa da Silva Prado</b>
	<b>16. Benigna da Silva Prado</b>

Fonte: Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório Orfãos e Ausentes. Cruz Alta. 1856 A67 M3 E 10

<sup>60</sup> FANTINEL, Paulo Roberto Prado. O Tenente- Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado: sua Ascendência e Descendência. Disponível em: <http://pp.fantinel.vilabol.uol.com.br> acesso em 06/10/2010.

<sup>61</sup> Livro de Casamentos. nº IV fls. 69 e 69 verso. Arquivo Paroquial – Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana Castro-PR.

A família Silva Prado teria se instalado na região do Planalto Médio por volta de 1825, já que constam nos arquivos paroquiais de Castro (PR) os registros dos batismos de seus dois filhos mais velhos, Marculina e Rafael nos anos de 1823 e 1824, respectivamente:

“Aos vinte e sete de maio de mil oitocentos e vinte e três e pus os santos óleos à Marculina, filha do Capitam Joaquim Thomaz da Silva e de Dona Maria Thomazia Novais foram padrinhos o Capitam Manoel José Novais e sua mulher Dona Aguida Joaquina de Araujo, todos desta de que fiz este assento que assinei. Antônio Pompeo Vigário Coadjutor”.<sup>62</sup>

“Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de mil oitocentos e vinte e quatro, nesta Matriz de Castro baptizei e pus os Sanctos oleos a Rafael, filho do Capitam Joaquim Thomas da Silva Prado e de sua mulher Dona Maria Thomasia da Silva Novais. Foram padrinhos o Tenente Coronel Rafael Tobias de Aguiar, por procuração que apresentou o Capitam Manoel José Novaes e Dona Joanna Joaquina dos A... Deverio, todos desta Paroquia que fiz este assento que assignei. José Loureiro da Silva Vigário Interino.”<sup>63</sup>

No entanto, consta no Livro nº 1 do Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta que Joaquim Thomaz da Silva Prado registrou em 1º de maio de 1855 em nome dos filhos Rafael, Theodorico e Francisco *“huma sorte de campos de criar (...) denominada São Joaquim da Boa Vista situada no Districto da Villa”*<sup>64</sup> medindo três léguas quadradas (39204 hectares), que ele e sua mulher Maria Thomazia teriam doado aos filhos, a qual *“houve por posse de terrenos devolutos em mil oitocentos e dezanove, obtendo despacho de concessão do Comandante da Fronteira Coronel João José Palmeiro em quatro de abril de mil oitocentos vinte e cinco.”*<sup>65</sup>

---

<sup>62</sup> Livro de Batismo nº. Vº. Fls. 66. Arquivo Paroquial – Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana – Castro – PR.

<sup>63</sup> Livro de Batismo nº. V fls. 96 V. Arquivo Paroquial – Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana .Castro- PR

<sup>64</sup> Registro Paroquial de Terras. Cruz Alta. nº 9. APERS

<sup>65</sup> Idem.

Como vimos nos registros paroquiais acima citados, Joaquim Thomaz da Silva Prado era solteiro em 1819, casou-se com Maria Thomazia Novais apenas em 28 de dezembro de 1821, sua filha Marculina foi batizada em 1823 e seu filho Rafael em dezembro de 1824, ambos na Vila de Castro no Paraná. Isto indica que os Silva Prado ainda não residiam no Rio Grande do Sul. Comparando as informações do Registro Paroquial de Terras com os dados do inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado autuado em 1856<sup>66</sup>, podemos fazer algumas considerações: A Fazenda São Joaquim da Boa Vista descrita no inventário tinha a extensão de 21.506 hectares contra os 39204 do Registro Paroquial. Outra observação relevante se refere à partilha dos bens, que fora feita de maneira igualitária entre os herdeiros. Os filhos de Joaquim Thomaz da Silva Prado que receberam de herança parte dos Campos da Fazenda São Joaquim da Boa Vista foram Rafael, Carolina e Balbina que ficaram com os campos denominados “Estância Velha”, Theodorico ficou com a invernada “Palmeirinha”, Eleutério e Ana com o campo “Pinheirinho”. Belarmina, Uricena e Bertolina com o campo chamado “Rodeio Velho”, Joaquina e Maria das Dores receberam como parte de sua herança o campo “Capão Alto”. (ver anexo - 3 os campos que compunham a Fazenda São Joaquim da Boa Vista) De acordo com a partilha dos campos de criar da Fazenda São Joaquim da Boa Vista, podemos concluir que não foi doada aos filhos Rafael, Theodorico e Francisco, senão estes campos não teriam sido inventariados e dividido com os outros herdeiros. No inventário do pai Francisco da Silva Prado não herdou campos, somente um escravo e 117 rezes.

O Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado ainda registrou em seu nome “huma sorte de campo de criar no Districto da Palmeira chamada São Joaquim da Palma”<sup>67</sup>, com três léguas de frente por três léguas de fundo (39.204 hectares), que teria adquirido por posse que fez em campos devolutos em 1º/08/1819, obtendo despacho em 04 de abril de 1825 do Comandante da Fronteira João José Palmeiro.

---

<sup>66</sup> Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS. A 67 M 3 E 10. 1856.

<sup>67</sup> Registro Paroquial de Terras. Cruz Alta. nº 11. APERS

Declarou, ainda, que possuía “*huma sorte de datta de terras lavradas nas mattas do Ijuhy districto de Palmeira*”<sup>68</sup>, que teria se apossado em 1819 e obteve o despacho do Capitão Francisco Marques Pereira em 1830, contendo 2.178 hectares. Somente essas três áreas que Joaquim Thomaz da Silva Prado registrou em seu nome totalizaram 80.586 hectares de terras. Há, também, os registros de datas de terras lavradas nas matas do Ijuí que foram registradas em nome dos filhos variando entre 544 e 2178 hectares, que obtiveram por despachos da Presidência da Província, em 1844 do Marques de Caxias e em 1847, pelo Presidente Antônio Galvão, “ratificando” as suas posses.<sup>69</sup> A Fazenda de campos de criar São Joaquim do Alegre descrita no inventário não foi registrada pelos Silva Prado no Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta.

Através desta exposição podemos verificar o expediente fraudulento utilizado por militares, com algum prestígio junto ao governo imperial, para se apossar de uma enorme extensão de terras devolutas, sendo que o tamanho da área doada ou tomada por posse não poderia exceder ao tamanho de uma sesmaria, isto é, 13068 hectares.<sup>70</sup>

Joaquim Thomaz da Silva Prado foi eleito vereador na Primeira Legislatura do município de Cruz Alta em 1834, sendo o segundo mais votado do pleito, com 127 votos.<sup>71</sup> Miliciano da Guarda Nacional teve uma breve participação na Revolução Farroupilha defendendo a integridade do Império<sup>72</sup>. Faleceu em sua casa em Palmeira das Missões em 03 de fevereiro de 1856 aos 65 anos de idade.<sup>73</sup>

---

<sup>68</sup> Registro Paroquial de Terras. Cruz Alta. nº 12. APERS.

<sup>69</sup> Registro Paroquial de Terras. Cruz Alta. nº 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23. APERS.

<sup>70</sup> A Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850 não permitia uma extensão superior a três léguas, limite máximo das sesmarias na Província do Rio Grande do Sul: Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo possessor ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: § 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver possessor, outro tanta mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

<sup>71</sup> ECKER, Adair Francisco. A Trilha dos Pioneiros. Passo Fundo: Bertier, 2007. p. 115.

<sup>72</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luis. Litígios ao Sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880) p. 74.

<sup>73</sup> FANTINEL, Paulo Roberto Prado. O Tenente- Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado: sua Ascendência e Descendência. Disponível em: <http://pp.fantinel.vilabol.uol.com.br> acesso em 06/10/2010.

O inventário do Tenente-coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado foi autuado em 28 de abril de 1856. Seus bens foram avaliados em 84:260\$960 reis. Sendo que os bens de raiz importaram a quantia de 61:750\$000, os quais faziam parte fazendas com campos de criar, terras lavradas e matos.<sup>74</sup>A Fazenda São Joaquim do Alegre, cujas divisas eram os Arroios Alegre e Bonito, o valo na estrada das carretas da Vilinha (Palmeira das Missões) e as terras de Antônio Novais Coutinho. Dividia-se em três partes: Os campos do Engenho (conhecidos como São Joaquim do Bom Retiro), campos da Taipa de Pedra e os campos denominado Alegre. Ainda possuía nesta fazenda “casa de morada, Engenho, Tafona com seus pertences, uma data de terras lavradas com mandiocas, canaviais, plantações e capoeiras”.<sup>75</sup> A Fazenda São Joaquim da Palma, conhecida como campos do Posto foi avaliada em 16 contos de reis e os “Campos da Estradas das Carretas” foram entregues para pagamento das dívidas:

O casal devia a José Souza Neto a quantia de onse mil e vinte seis patações por obrigação passada a dezoito de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e quatro, em dois pagamentos iguaes de um e dois annos, vencendo o juro de seis por cento ao anno (...) fez-se o pagamento de mil e novecentos patações a quinze de Maio de mil oitocentos e quarenta e seis, e por isso ainda resta além dos juros vencidos, nove mil cento e vinte seis patações que reduzido a reis importam em dezoito contos, duzentos e cicoenta e dois mil reis. Esta obrigação hoje pertence a Francisco Malaquias de Borba, que rebateu a favor da caza todos os prêmios vencidos, para só receber o principal com tanto que lhe venda a Fasenda do Posto por desasseis contos de reis.<sup>76</sup>

De acordo com Christillino “a situação dos Silva Prado não era nada animadora na década de 1850”, Joaquim Thomaz da Silva Prado teria adquirido outra dívida de 18 contos de réis, cujo valor tinha tomado emprestado de seu compadre, o deputado paulista Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS. A 67 M 3 E 10. 1856.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> DÍVIDAS PASSIVAS In.: Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS. A 67 M 3 E 10. 1856.

<sup>77</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luis. Litígios ao Sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado) Niterói: UFF, 2010. p. 75.

A Fazenda São Joaquim da Boa Vista com 21506 hectares de campos de criar situava-se, na sua maior parte, no território que compreende hoje o município de Santa Bárbara do Sul. Estava dividida em cinco partes: campos da “Estância Velha”, invernada da “Palmeirinha”, invernada do “Capão Alto”, campos do “Rodeio Velho” e os campos do “Pinheirinho”, limitava-se com o campos da viúva e herdeiros de Manoel José da Encarnação com os Arroios Bonito e Corticeira e os valos da estrada das carretas e foi avaliada em 16:500\$000. Havia, ainda, os campos denominados “Capão Grande” que estavam em litígio com Tristão José de Oliveira avaliados na quantia de 4 contos de reis.

A família Silva Prado possuía, também, os “Campos da Estrada” divididos em Porteira e Campo da Palmeira. Declarou no inventário a viúva Maria Thomazia possuir partes de campos no município de Castro, na Província do Paraná, herdados de sua mãe.

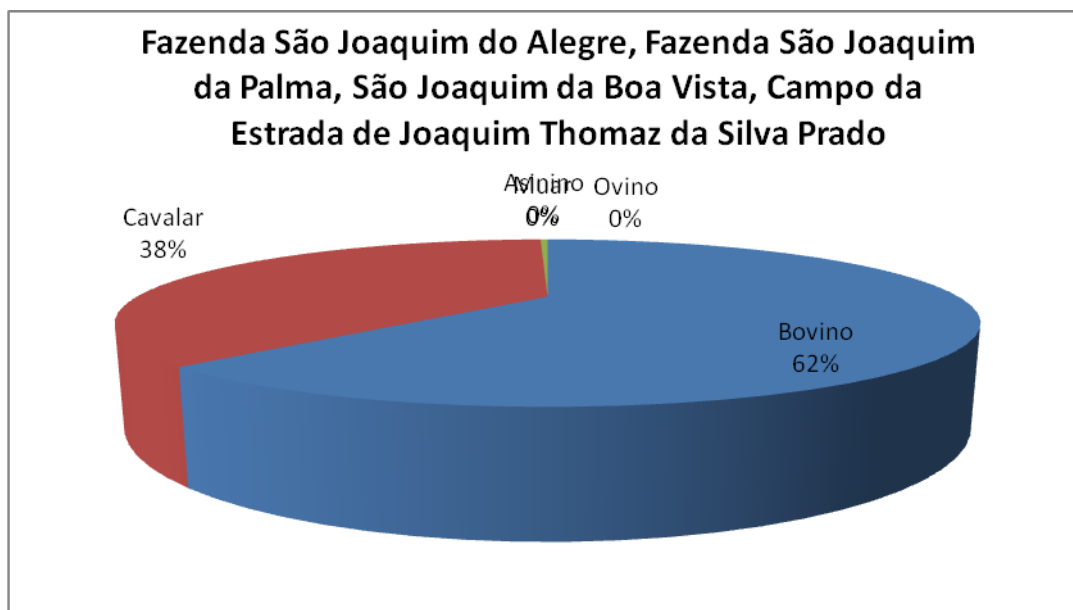
O Tenente – coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado possuía 23 escravos, sendo que cinco deles foram entregues como parte de dotes aos filhos casados: Rafael, Marculina, Ana e Carolina e os 18 restantes foram avaliados em 12:450\$000.

Os bens móveis, que compreendiam desde camas, relógio de parede, castiçais, utensílios domésticos, pistola, tenda de ferreiro e de carpintaria, foram avaliados em 147\$000. Os objetos de prata, como talheres, copos, cuias com bombas de prata, estribos e esporas foram avaliados na quantia de 426\$960.

Os animais descritos no inventário totalizaram 825 cabeças, entre elas, 455 rezes de criar, 251 éguas em cria de potro, 20 cavalos, 3 bestas mansas, 18 bois mansos, 38 potros e 40 novilhos que foram avaliados no valor de 9:487\$000.

Convém assinalar que em termos de criação de animais há uma predominância de gado vacum e cavalariço, como se pode observar no gráfico abaixo que mostra o percentual do plantel dos animais do fazendeiro em 1856:

**GRAFICO 2: PERFIL DO PLANTEL DE ANIMAIS DAS FAZENDAS DE JOAQUIM THOMAZ DA SILVA PRADO (1856)**



Fonte: Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS A67 M3 E10 1856.

O rebanho descrito no inventário era relativamente pequeno se compararmos com as áreas de terras que possuíam a família Silva Prado, em torno de 21 léguas (mais de 90 mil hectares de terra) para 825 cabeças de gado, que poderiam ser estanciadas em uma única légua.

O pouco gado nas fazendas era uma tendência. Nos inventários analisados que foram autuados nos anos subseqüentes à Revolução Farroupilha apresentaram um número reduzido de animais. Sabe-se que a maioria dos fazendeiros do Planalto Médio se ausentou do Sul durante o conflito mudando-se para a Província de São Paulo. Ao retornar para suas estâncias encontraram o gado dizimado e até conseguirem povoá-las novamente levaria algum tempo. Isto poderia explicar o número reduzido de animais nas fazendas estudadas, na época das autuações dos inventários.



Moacyr Flores em seu estudo sobre “As tropas de gado na Revolução Farroupilha” esclarece o que deveria ser feito como o gado dos “inimigos da República”:

Em 1.3.1839 o governo republicano edita nova ordem de confiscar todos os potros e mulas das propriedades dos inimigos da República. (...) Em 16.05.1839, o chefe da polícia farroupilha recebeu ordens de enviar as mulas dos inimigos da República para Rodrigo Félix Martins em Jacuizinho.<sup>78</sup>

O Tenente-coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado era legalista e miliciano da Guarda Nacional, em meados de 1836 comandou o Corpo de Cima da Serra com 600 homens por ordem de José Vidal Pilar, chefe político de Cruz Alta. Episódio este que se encontra registrado em uma publicação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no ano de 1926:

“Logo que o coronel Bento Manuel, interino comandante das armas, achou-se na Campanha, proclamou à Província em S. Gabriel officiou às câmaras para que cooperassem para facilitar a reunião da Guarda Nacional de seus municípios e escreveu a seus muitos amigos convidando-os a ajudá-lo a sustentar a posse e administração do novo presidente, defendendo assim a integridade do Império, ameaçado pelos revolucionários. (...) Vidal José Pilar, compadre e particular amigo do coronel interino comandante das armas, com generosos dispêndios, contribuiu para que se apresentasse com 600 homens o tenente-coronel Joaquim Thomaz, comandante do Corpo de Cima da Serra.”<sup>79</sup>

A maioria dos fazendeiros se reuniu em defesa da integridade do Império, atendendo ao pedido feito pelo governo central as Câmaras Municipais. Uns contribuíram com dinheiro, homens armados e cavalos, outros sacrificaram seus bens.

---

<sup>78</sup> FLORES, Moacyr. As tropas de gado na Revolução Farroupilha. In.: SANTOS, Lucila. S. Et al. (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000 p. 271.

<sup>79</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1926. P. 183-4. IHGRGS.

De acordo com Paulo Roberto Prado Fantinel, descendente dos Silva Prado e pesquisador da História da Família “Joaquim Thomaz da Silva Prado e sua família se ausentaram do Sul durante a Revolução Farroupilha” foram para São Paulo e Santos, cidades cuja permanência foi mais ou menos longa, “onde se verificam registros como o casamento da primeira filha Marculina Maria e batismos de alguns de seus filhos mais novos”.<sup>80</sup>

Em um documento anexo ao inventário comprova que Joaquim Thomaz da Silva Prado teve prejuízos financeiros durante a Revolução Farroupilha:

“Dizem o Te. Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado e sua m.er D. Maria Thomazia da Silva Prado, que achando-se atrasados em sua fortuna pelos muitos prejuízos que sofrerão durante a revolução desta Província, e empenhados em avultada divida o seo casal, junto resolverão dispor huma parte de campos dos que possuem o mesmo casal a fim de solverem as dívidas a que estão obrigados.”<sup>81</sup>

Podemos concluir com a exposição dos documentos acima citados, que Joaquim Thomaz da Silva Prado era legalista e fora obrigado a abandonar suas terras, mudando-se para a Província de São Paulo durante a Revolução Farroupilha. É provável que o gado de suas fazendas fora confiscado pelo governo republicano, deixando os campos despovoados.

O Tenente -coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado estava muito endividado na época de seu falecimento, sendo que os herdeiros tiveram que se desfazer de várias léguas de campo para saldar as dívidas. De acordo com o documento acima citado os Silva Prado estavam atrasados em sua fortuna pelos muitos prejuízos que sofrerão durante a Revolução Farroupilha, e resolverão vender campos para saldar as dívidas. Alguns campos que pertenceram aos Silva Prado serão adquiridos em anos subseqüentes pelo Major Victor Dumoncel, que se radicou em Santa Bárbara, e pelo Major João Ferreira Amado e seus filhos.

---

<sup>80</sup> FANTINEL, Paulo Roberto Prado. O Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado: sua Ascendência e Descendência. Disponível em: <http://pp.fantinel.vilabol.uol.com.br> acesso em 06/10/2010.

<sup>81</sup> Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS. A 67 M 3 E 10. 1856.

Ao proceder a partilha a viúva ficou com a metade, ou seja, 30:844\$480 reis e a outra metade adicionando 3:460\$200, que foi concedido como dote aos filhos casados, ficou em 34:304\$680 reis para dividir em 16 partes iguais, cabendo 2:144\$042 reis para cada um dos herdeiros. A viúva Maria Thomazia da Silva Prado recebeu como pagamento de sua meação utensílios domésticos, objetos de prata, 9 escravos, 20 cavalos, 3 bestas, 200 rezes de criar, 40 novilhos e 18 bois mansos, ficou com a fazenda São Joaquim do Alegre, com casa de moradia, engenho e tafona. A herdeira Marculina da Silva Pacheco não recebeu nada, pois já havia recebido o valor de sua herança no dote quando se casou. Rafael recebeu de herança de seu pai, descontado o meio dote, a parte de campo da “Estância Velha”, 15 rezes de criar e 26 éguas. O herdeiro Theodorico recebeu a invernada “Palmeirinha” e 2 potros. Francisco Silva Prado ficou com um escravo e 117 rezes de criar. O herdeiro Eleutério recebeu como pagamento de sua herança um escravo e parte do campo “Pinherinho”. A herdeira Carolina, descontado o dote, recebeu, ainda, parte do campo “Estância Velha” 40 éguas e 30 potros. Balbina teve de herança um escravo e parte do campo “Estância Velha”, 30 éguas e 10 rezes de criar. Ana casada com o Brigadeiro Olivério José Ortiz, descontado o dote, teve direito a parte do campo “Pinheirino”. A herdeira Belarmina recebeu um escravo parte do campo “Rodeio Velho”, 10 rezes de criar, e 14 éguas. Uricena teve como herança de seu pai uma escrava, parte do campo “Rodeio Velho”, 10 rezes de criar, 30 éguas, e 2 potros. Bertolina recebeu uma escrava, parte do campo “Rodeio Velho”, 10 rezes de criar, 30 éguas, e 2 potros. A herdeira Joaquina ficou com uma escrava, parte do campo “Capão Alto”, 10 rezes de criar e 20 éguas. Como pagamento de sua legítima paterna Maria das Dores recebeu uma escrava, parte do campo “Capão Alto”, 30 rezes de criar e 24 éguas. Elisa ficou com uma escrava, parte do campo denominado “Alegre” e uma data de terras lavradas, 10 rezes de criar e 10 éguas. O herdeiro Gabriel Martinho também ficou com parte do campo “Alegre”, mas parte de uma data de terras lavradas e 17 rezes de criar. Por fim, a herdeira Benigna recebeu de herança parte do campo “Alegre”, parte de uma data de terras lavradas, 16 rezes de criar, 1 potro e 2 éguas. Os autos de partilha foram concluídos em 14 de março de 1857, mesmo dividindo os bens e de se desfazerem de grandes extensões de terras para pagamento das dívidas, a viúva ficou com aproximadamente 20 mil hectares de terras, além de outras benfeitorias e escravos. Cada herdeiro recebeu o equivalente mais de 1000 hectares de terras e algumas cabeças de gado para povoarem seus campos.

### 2.2.3 Manoel José da Encarnação

Manoel José da Encarnação nasceu na Província de São Paulo no Termo da Vila de São Roque. Filho de Manoel Garcia Limbria e sua mulher Rosa Maria Pires. Casou-se com Theodora Maria de Jesus, natural de Viamão Província do Rio Grande do Sul.<sup>82</sup> Tiveram onze filhos, os quais podemos visualizar na tabela abaixo:

#### QUADRO 3

##### GENEALOGIA DE MANOEL JOSÉ DA ENCARNAÇÃO

<b>Manoel José da Encarnação</b> <b>E</b> <b>Theodora Maria de Jesus</b>	1. Maria Magdalena casada como Manoel Gomes
	2. Ana Maria Martins viúva
	3. Theodora Maria do Rozário casada com Francisco de Paula Nunes
	4. Senhorinha Maria de Jesus, solteira de 28 anos
	5. Manoel Felisberto Garcia solteiro de 26 anos
	6. Maria Joaquina dos Santos casada com Gregório da Silveira Borges
	7. Florinda Maria dos Santos solteira 18 anos
	8. Romualdo dos Santos Martins solteiro 17 anos
	9. Maria Francisca Salomé solteira de 15 anos
	10. Januária Maria de Jesus solteira de 13 anos
	11. Felizarda Luiza solteira de 12 anos

**Fonte: Inventario de Manoel José da Encarnação. Cartório Civil. Cruz Alta. APERS 1847 A21 M1 E115**

Encarnação radicou-se no antigo município de Cruz Alta, na área de campos nativos entre os Arroios Corticeira e Porongos (atual Caxambú) na Estância Capão Alto. Suas terras limitavam-se, principalmente, com os campos de Joaquim Thomaz da Silva Prado, os quais estavam em litígio entre os dois fazendeiros.

---

<sup>82</sup>Testamento de Manoel José da Encarnação feito no Distrito de Palmeira em 22/05/1846.

Manoel José da Encarnação possuía um total de 18066 hectares nos territórios atuais de Cruz Alta, Santa Bárbara do Sul, Panambi e Palmeira das Missões. No Registro Paroquial de terras de Cruz Alta Theodora Maria de Jesus registrou no 1º Distrito de Cruz Alta uma posse de campo efetivada em 1823 por concessão confrontando com os campos Joaquim Thomaz da Silva Prado:

Na conformidade do artigo cem do regulamento de trinta de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, vem declarar Theodora Maria de Jesus uma posse desde o anno de mil oitocentos e vinte três por posse e conceção com as seguintes confrontações Norte com Joaquim Thomaz da Silva Prado pelo Sul Arroio Porongos, pelo Leste com Manoel Antônio Nunes, pelo Oeste com a Serra Geral. Districto e Municipio da Villa da Cruz Alta primeiro de julho de mil oitocentos e cinquenta e seis. Theodora Maria de Jesus.<sup>83</sup>

Theodora Maria de Jesus registrou também uma área de terras agricultáveis com moradia na Serra Geral por posse que fez em 1844, que dividia, principalmente, com os filhos e herdeiros de Manoel José da Encarnação<sup>84</sup>, mas também vendeu algumas áreas<sup>85</sup>, provavelmente devido às dificuldades financeiras que a família se encontrava na época do falecimento de Manoel José da Encarnação em 1847, dois anos após o fim da Revolução Farroupilha, que trouxe muitos prejuízos aos estancieiros legalistas do Planalto Médio.

De acordo com Registro Paroquial de terras de Cruz Alta , Theodora Maria de Jesus, viúva de Manoel José da Encarnação, teria registrado uma área terras no 1º Distrito de Cruz Alta, que obteve por posse e concessão efetivada em 1823. Podemos concluir que Manoel José da Encarnação foi um dos primeiros povoadores da região de campos nativos mais ao norte da Vila de Cruz Alta, que englobava os campos dos territórios atuais dos municípios de Santa Bárbara do Sul, Panambi e Palmeira das Missões.

---

<sup>83</sup> Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta. Livro I. nº 398. APERS.

<sup>84</sup> Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta. Livro I. nº 397. APERS.

<sup>85</sup> NASCIMENTO, José Antônio Moraes. Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. p. 22

O inventário de Manoel José da Encarnação foi autuado em 21 de janeiro de 1847. Seus bens totalizaram 7:676\$640 reis.<sup>86</sup> Sendo que os bens de raiz importaram a quantia de 3:910\$000, dos quais faziam parte a Estância Capão Alto, contendo duas léguas e meia de comprimento por uma légua de largura, com casa de moradia coberta de palha, mangueiras e mais benfeitorias, limitavam-se, principalmente, com os campos de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Possuía, ainda, a invernada Lagoão e uma parte de campo no Capão do Lagoão, a invernada Palmeira que também se confrontava com os campos de Joaquim Thomaz da Silva Prado, a Invernada Caxambú que se limitava com Vitor Antônio Moreira e pelo Arroio Porongos, a invernada denominada “Coxilha” dividia-se por um lado com o Sargento-Mor Atanagildo Pinto Martins pela cabeceira do Arroio Porongos, a invernada do Portão que confrontava-se com o Capão Grande (que pertencia a Joaquim Thomaz da Silva Prado), com os campos de Manoel Gomes (genro de Encarnação) e com os campos de Vitor Antônio Moreira. Por fim, possuía, Encarnação, o potreiro denominado “Barta” o qual limitava-se principalmente com os campos de Vitor Antônio Moreira.

Como vimos através desta exposição, quais são as principais divisas das terras de Manoel José da Encarnação, sendo possível verificar a relação de vizinhança entre os três maiores proprietários de terras que formaram suas estâncias nos campos de Santa Bárbara.

Encarnação possuía quatro escravos que foram avaliados em 1:500\$000 reis. Pode-se perceber que se tratava de uma família de cativos, já que o escravo José de 30 anos era casado com a escrava Balbina de 27 e o filho do casal era o escravo Antônio com 12 anos. (ver anexo - 4 ficha de escravos)

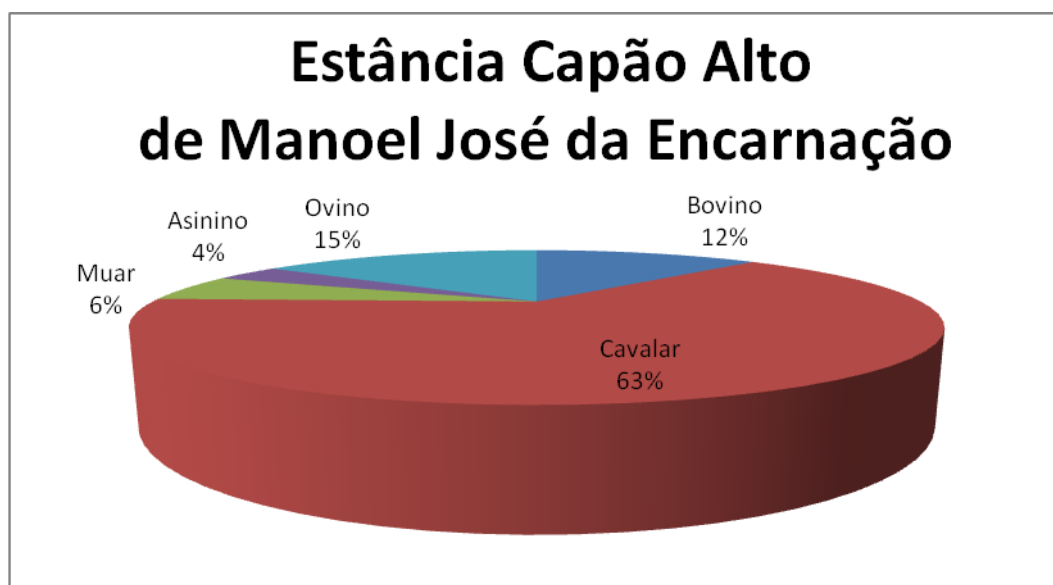
Os bens móveis que compreendiam desde equipamentos de trabalho, utensílios domésticos, móveis e até vestimentas do inventariado, além de duas espingardas e um marcador de gado, tudo foi avaliado em 98\$800 reis.

---

<sup>86</sup> Inventário de Manoel José da Encarnação. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. APERS. A21 M1 E134. 1847.

O rebanho que Encarnação tinha na época da autuação de seu inventário (1847) não chegava a 500 cabeças. Porém as espécies eram variadas, como podemos visualizar no gráfico abaixo:

**GRAFICO 3: PERFIL DO PLANTEL DE ANIMAIS DA ESTÂNCIA CAPÃO ALTO DE PROPRIEDADE DE MANOEL JOSÉ DA ENCARNAÇÃO (1847)**



Fonte: Inventário de Manoel José da Encarnação. Cartório Civil. Cruz Alta. APERS 1847 A21 M1 E115

Observa-se no gráfico que mais da metade do rebanho tratava-se de animais cavалares, sendo que 207 eram éguas em cria de potro, as ovelhas aparecem em segundo lugar no plantel de animais do fazendeiro com 15% do total do rebanho. O que chama atenção é o reduzido número de gado bovino, apenas 53 exemplares entre rezes e novilhos. A presença do burro exor no plantel de animais do inventariado indica a criação de muares, pois o cruzamento do burro com a égua produz a mula, esta de grande importância no mercado da época. Provavelmente, esta era a única fonte de renda do fazendeiro: criar e invernar mulas para vender aos tropeiros que vinham fazer tropas no Sul. Como observa Aristides de Moraes Gomes:

Os estancieiros serranos cuidavam com interesse da criação de mulas e tropas, que era o grande negócio da época. A maioria ia comprar tropas de mulas criadas na fronteira, invernavam alguns meses até engordarem bem e as puxavam para Sorocaba, em São Paulo, que era o grande “mercado de bestas.” (...) Outros invernavam as crioulas para venderem aos tropeiros birivas de São Paulo e Santa Catarina, que vinham ao Continente fazer tropa.<sup>87</sup>

Segundo Aristides de Moraes Gomes, descendente de Encarnação, o motivo da fazenda estar pouco povoada, devia-se ao conflito da Revolução Farroupilha, que dizimou o gado das fazendas do Planalto Médio, principalmente dos estancieiros a favor do império:

Quando rebentou a Revolução Farroupilha, Encarnação, não estava com sua estância completamente povoada. Como era sabidamente imperialista, começou a ser perseguido pelos farrapos. Resolveu emigrar com a família para o Paraná, (...) Quando regressou, encontrou sua estância danificada e sem gados (...) com dificuldade conseguiu repovoar parte da estância com pouca criação.<sup>88</sup>

Ao proceder a Partilha dos bens de Encarnação a viúva ficou com a metade, descontando as d vidas passivas que importavam a quantia de 957\$730, restou-lhe 3:359\$455 reis. Em seu testamento Manoel José da Encarnação declarou que sua “terça” devia ser destinada as despesas com funeral e missas, uma parte devia ficar com sua mulher Theodora Maria de Jesus, outra parte para sua filha Maria Francisca Salomé e quarta parte para sua duas afilhadas Florinda Ant nia de Oliveira e Marculina.<sup>89</sup> Da outra metade deduziu-se o valor da “terça” 1:119\$818 reis e o restante foi dividido em 12 partes iguais no valor de 202\$636 reis.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> GOMES, Aristides de Moraes. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. p. 36-7.

<sup>88</sup> Op. Cit. p.88-9

<sup>89</sup> Testamento de Manoel José da Encarnação feito no Distrito da Palmeira em 22/05/1846.

<sup>90</sup> Manoel José da Encarnação declarou em seu testamento que “tinha dez filhas e dois filhos”. Theodora Maria de Jesus declarou no inventário desconhecer a existência da filha Cândida citada no testamento. Entretanto, o juiz procedeu a partilha em doze partes iguais.



Para pagamento das dívidas foram destinados alguns animais e a invernada da Serra. Para pagamento da terça aos legatários foi compreendida a invernada Caxambú, parte da invernada Portão, o Capão do Lagoão, alguns animais e parte da dívida de José Francisco Fiúza. A viúva Theodora Maria de Jesus recebeu como pagamento de sua meação os bens móveis, com os quatro escravos que pertenciam à família, a Estância Capão Alto, com casa de moradia e mais benfeitorias, parte das dívidas ativas e animais. Os filhos do casal herdaram campos, animais e parte das dívidas ativas. Foram vendidos em hasta pública para pagamento das dívidas e da “terça” aos legatários alguns animais e os seguintes bens de raiz: a invernada Caxambú que ficou para pagamento às legatárias Francisca Salomé e Florinda, a posse no Capão do Lagoão foi adquirida por Vitor Antônio Moreira e Manoel Gomes arrematou a invernada Portão.

Dos três fazendeiros que analisamos neste estudo, os quais se apropriaram de grandes extensões de terras no território atual do município de Santa Bárbara do Sul, podemos destacar alguns pontos em comum. A maior parte dos campos foram obtidos através de concessões de posse outorgadas pelas comandâncias militares e legitimadas através da Lei de Terras de 1850.

Na época das autuações dos inventários, os referidos fazendeiros tinham um rebanho reduzido em suas unidades produtivas (fazendas) se compararmos com as léguas de campos que possuíam. Para esta questão apresentam-se duas possibilidades. A primeira, o gado ter sido dizimado durante a Revolução Farroupilha, já que a maioria dos estancieiros o Planalto Médio eram legalistas e muitos se ausentaram do Sul durante o conflito, abandonando suas estâncias. Como os inventários foram autuados em anos subsequentes à Revolução, pode-se chegar à conclusão que as fazendas não estavam muito povoadas de gado devido aos prejuízos sofridos durante a luta armada. A outra possibilidade seria o uso dos “campos vagos” para invernadas das tropas de mulas, adquiridas na fronteira e nos países do Prata, que seguiam rumo a São Paulo, para serem comercializadas nas feiras de Sorocaba. Também, é importante ressaltar que nas unidades produtivas analisadas mostram um percentual alto de animais cavалares, especialmente éguas, levando a crer que se tratava de criatórios de muares, já que a égua é a matriz para produz mula.

Nos três estabelecimentos pastoris pesquisados é possível verificar a presença do elemento escravo nas relações de trabalho. O Major Atanagildo Pinto Martins e o Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado tinham um número considerável de escravos para uma fazenda de criação de gado, que exigia pouca mão-de-obra rotineira. Encarnação, apesar

de sua difícil situação financeira, possuía quatro escravos. Isto comprova a existência do trabalho escravo nas estâncias pastoris do Planalto Médio.

## CAPÍTULO III

### O NEGÓCIO DO SÉCULO: O COMÉRCIO DE MUARES

#### 3.1 O Planalto Médio: centro fornecedor de muares

O século XIX é marcado pelo grande comércio de muares das fontes abastecedoras até o mercado consumidor, principalmente São Paulo por causa da expansão da lavoura cafeeira para o “oeste” paulista. As mulas eram usadas para escoar a produção do café até o porto de Santos, onde o produto era embarcado para Europa.

Trindade refere-se ao século XIX como sendo o “*século do luar*”<sup>91</sup>. O auge do comércio de muares na Feira de Sorocaba aconteceu entre as décadas de 1850-1860. Segundo os jornais da época, teriam sido comercializados cem mil animais por ano.<sup>92</sup>

Um relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, datado de 1854, confirma que o comércio de muares era uma das principais atividades econômicas do antigo município de Cruz Alta:

“No município de Cruz Alta calcula-se em 80 mil o número destes animais (mulas) que anualmente se vende, dos quais a quinta parte é produção do próprio município, os outros são dos diversos municípios da Província e sobretudo das repúblicas vizinhas invernadas nos campos de Cruz Alta para se dirigirem ao mercado principal da feira de Sorocaba.”<sup>93</sup>

Evaristo Afonso de Castro em sua obra “Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul” ao descrever o comércio do município de Cruz Alta em 1887, afirma que: “*Aqui é o centro das invernadas de bestas, que seguem para a Feira de Sorocaba, seguramente dois terços das bestas que demandam daquela feira, são procedentes da região missioneira e quase o total idas deste município.*”<sup>94</sup>

<sup>91</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. Tropeiros. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações LTDA, 1992. p. 54.

<sup>92</sup> VIEIRA, Rogich. O papel do tropeiro na integração cultural do Brasil. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras, 1983. p.20.

<sup>93</sup> Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão do Sinimbu, 2 de outubro de 1854. Apud ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920. p. 30

<sup>94</sup> CASTRO, Evaristo Afonso de. Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. p. 99.

Como os jornais da época afirmam que na década de 1850-1860 foram comercializados cerca de cem mil animais (mulas) por ano na Feira de Sorocaba e o Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul atesta que se vendia em torno de 80 mil muares, criados e principalmente invernados no município de Cruz Alta, podemos concluir que a essa região era a grande fornecedora de muares para o mercado consumidor de São Paulo.

Nos inventários post-mortem de fazendeiros do antigo município de Cruz Alta encontramos um grande número de animais cavалares, chegando a alguns casos aos mesmos percentuais do gado vacum por unidade produtiva (fazenda) analisada. Isso se deve a preocupação dos fazendeiros da região do Planalto Médio tinham com a produção de muares, como explica Zarth:

“Convém assinalar que a produção de muares estava estreitamente ligada à criação de fêmeas cavалares - as éguas - que são as matrizes para a criação daqueles, a partir do cruzamento com o burro. Desta forma, os animais cavалares que aparecem *nos inventários* são na maioria matrizes destinadas à criação de mulas, estas de extrema importância no mercado da época. (...) Por isso, nos inventários post-mortem é mais provável que se encontre maior quantidade de éguas do que de mulas.”<sup>95</sup>

Sobre a criação de muares estar no mesmo patamar do gado bovino nas estâncias do Planalto Médio, Paulo Afonso Zarth esclarece:

“No Planalto, a criação de mulas competiu com a criação de gado bovino até a década de 1880. Nesta região não havia Charqueadas, fato que talvez ajude a explicar a produção de cavалares e muares. De acordo com os inventários post-mortem, entre 1851 e 1881, a presença do cavалares (as matrizes para produzir mulas são dessa espécie) e dos muares, oscilou em torno de 50% do plantel de animais das estâncias.”<sup>96</sup>

Assim, Zarth sentencia “o gado vacum e o gado muar eram os mais importantes animais comercializados pelas estâncias até o final do século XIX.”<sup>97</sup>

<sup>95</sup> ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920. p.109

<sup>96</sup> ZARTH, Paulo Afonso. Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002. p. 234.

<sup>97</sup> ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920. p. 109.

### 3.2 A Importação de muares dos Países do Prata

João Ferreira Amado afamado tropeiro de mulas<sup>98</sup> da fronteira para Sorocaba fundou a Fazenda da Cilada em Palmeira das Missões (hoje município de Condor).<sup>99</sup> Seus filhos Jeremias, Domingos, Therézio e Belizário compartilhavam as terras e os negócios do pai. Prova disso, é a menção dos campos da “Ramada” (atual município Nova Ramada) nos inventários: *“um campo situado no lugar denominado Ramada município de Palmeira ocupado pelo Domingos Ferreira Amado”*.<sup>100</sup> Uma parte dos campos da Ramada também pertencia a Jeremias Ferreira Amado: *“Uma invernada de campos e matos correspondentes denominada Ramada, situada no município de Palmeira com a extensão de mais ou menos de mil trezentos e oitenta e sete hectares.”*<sup>101</sup> Ainda, segundo Nascimento “a Estância da Taipa, de Eleutério do Prado, filho de Joaquim Thomaz da Silva Prado foi adquirida por João Ferreira Amado e seu filho Belizário.”<sup>102</sup> No final do século XIX, Jeremias Ferreira Amado comprou a Fazenda São Joaquim da Boa Vista dos herdeiros de José Gonçalves de Oliveira Mello, que pertencera a Joaquim Thomaz da Silva Prado (atual município de Santa Bárbara do Sul).<sup>103</sup>

---

<sup>98</sup> Segundo Moacyr Flores na obra “Tropeirismo no Brasil”, o termo “tropeiro” pode designar o “dono da tropa”, o fazendeiro, ou o “condutor da tropa”, o homem que conduz a tropa, ou seja, responsável pela tropa durante a longa viagem até o mercado consumidor. p. 18-29

<sup>99</sup> A área de campo usada para formar a Fazenda da Cilada foi adquirida da viúva de Joaquim Thomaz da Silva Prado, Maria Thomazia da Silva Prado, conforme escritura pública de 12 de outubro de 1872. A outra área fora adquirida de Antonio Carneiro da Fontoura e D. Maria das Dorês de Alfrêo Fontoura, conforme escritura pública de 19 de maio de 1885, esta área localizava-se no 4º Distrito de Cruz Alta (Santa Bárbara) e fazia divisa com o campo denominado “Corticeira” de Víctor Dumoncel (francês). Certidão Registro de Imóveis de Cruz Alta –RS.

<sup>100</sup> Inventário de João Ferreira Amado. Cartório Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. APERS N480 M18 E61. 1901.

<sup>101</sup> Inventário de Jeremias Ferreira Amado. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. APERS. N271 M7 E62. 1910.

<sup>102</sup> NASCIMENTO, José Antônio Moraes. Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. p. 218.

<sup>103</sup> Inventário de Jeremias Ferreira Amado. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. APERS. N271 M7 E62. 1910.

As fazendas acima descritas destinavam-se à criação de animais, mas principalmente para internada das tropas de mulas. Buscavam-nas nos criatórios da Argentina e do Uruguai por conseguirem melhor preço para as “*mulas de maior porte da zona castelhana*,”<sup>104</sup> como podemos constatar analisando as guias de exportação expedidas pelas autoridades dos países do Prata:

Guía de Exportación nº 19  
 Alvear Junio 12 de 1870  
 (...) Guía para exportar con destino al Brasil los siguientes animales en pie.  
 A saber 265 – Doscientos sesenta y cinco mulas chucranas  
 Jeremias Ferreira Amado. (...) <sup>105</sup>

Em uma autorização da Província de Corrientes, datada de 1879, mostra que Jeremias Amado seguia com alguns peões para ajudá-lo a conduzir a tropa que seria adquirida no criatório de Entre-Ríos:

Provincia de Corrientes  
 Enero 2 de 1879  
 Pasa de este Departamento, à la Provincia de Entre –Ríos el súbdito  
 Brasileiro D. Jeremias Amado, con cuatro compañeros llevando diez y seis  
 mulas y dos caballos para el viaje por tanto: suplico à las autoridades del  
 transito, no prosigan impedimento sin justificado motivo.  
 Justo J. Paz – Juez de Paz <sup>106</sup>

Para entrar no Uruguai Jeremias Amado recebia a autorização do Intendente de Uruguaiana:

---

<sup>104</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. Tropeiros. p. 69.

<sup>105</sup> GUIA DE EXPORTAÇÃO – República Argentina 1870. APMTMR/SBS.

<sup>106</sup> AUTORIZAÇÃO para passar pelo Departamento de Corrientes. República da Argentina 1879. APMTMR/SBS

“Segue para o Estado Oriental do Uruguay o cidadão Jeremias Amado levando em sua companhia seis peões e quinze mulas e uma egoa para montaria. (...) Rogo a todas as autoridades civis e militares não lhe ponham embaraço sem justa cauza.

O Intendente – Cor.el. Gabriel Reis Portugal<sup>107</sup>

A importação de muares dos criatórios argentinos e uruguaiois era o grande negócio dos Amado, pois conseguiam melhor preço na Feira em Sorocaba para as mulas castelhanas de maior porte, e perdurou por muitos anos.

Para a Feira de 1897, considerada por muitos autores como a última grande Feira de Sorocaba, que fora interrompida pelo surto de febre amarela, os Amado teriam ido abastecer-se de muares nos criatórios castelhanos, como consta na “Cornaguia” emitida pela República Argentina de fevereiro de 1897:

#### Cornaguia

Don Jeremias Amado conduce con destino à la Republica del Brasil, doscientos sesenta y cuatro mulas con las marcas que van pintadas al margen, habiendo satisfecho en ésta, los derechos de cablada correspondientes.

Federación Febrero, 19 de 1897

Carlos Fava.<sup>108</sup>

No entanto, o número de mulas “adquiridas” nos criatórios dos países do Prata era bem maior do que consta nos documentos da Alfândega, como podemos observar na carta que Jeremias Ferreira Amado envia de Uruguaiana para sua esposa Manoela Dumoncel Amado:

---

<sup>107</sup> AUTORIZAÇÃO da Intendência Municipal de Uruguaiana. Dezembro de 1896. APMTMR/SBS.

<sup>108</sup> CORNAGUIA. Departamento Federación 19 de Fevereiro de 1897. República da Argentina APMTMR/SBS.

Manoela Amado

Estimarei que tu e a filhinha estejam de perfeita saúde. Hoje aqui cheguei com uma tropa que ficou doutro lado do Uruguay, por estar este campo fora. Não sabemos quando poderemos passar. Temos mil e tantas mulas em Libres e 200 deste lado. De saúde somos bem por ora. Faz poucos dias que passei um telegrama a meu pai e não tive contestação. Recomende-me a toda a nossa família e aceite saudade de quem é verdadeiro amigo e esposo. A benção nossa querida filhinha.

Jeremias Amado

Uruguayana 25 de outubro de 95<sup>109</sup>

Pode-se constatar que Jeremias Ferreira Amado viajava constantemente aos países do Prata (Argentina e Uruguai) abastecer-se de muares e as transferia para suas fazendas em Palmeira das Missões, “onde os animais passavam por um período de adaptação e aclimatização,”<sup>110</sup> para depois seguirem em direção à Lapa. Lá, a tropa se recuperava da longa jornada do Rio Grande do Sul até os Campos Gerais no Paraná, para só depois prosseguirem até Sorocaba, onde os animais eram vendidos.

---

<sup>109</sup> Carta remetida de Uruguiana por Jeremias Amado à Manoela Dumoncel Amado em 25 de outubro de 1895.

<sup>110</sup> OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. O Tropeirismo após as Feiras de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras, 1983. p. 16.



### 3.3 O Roteiro das tropas

Sérgio Coelho de Oliveira baseando-se em informações de seus antepassados, que foram tropeiros e faziam frequentemente o Caminho do Sul - do Rio Grande do Sul a São Paulo - destaca que havia dois roteiros usados, a partir de Palmeira das Missões:

(...) através de Nonoai, cruzando o rio Uruguai e passando por Chapecó, Xanxerê e Clevelândia (território catarinense), cruzando o rio Iguaçu e já no Paraná seguindo por Guarapuava, Ponta Grossa, Castro, até Itararé e Itapetininga. Outra rota seguia por Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Campos Novos, Curitiba, Mafra, Rio Negro, Lapa e Ponta Grossa. (...) O caminho por Passo Fundo era mais longo, porém preferido, por ser menos freqüentado. A rota via Chapecó embora melhor, na época dos deslocamentos das tropas ficava congestionada demais, dificultando os pousos e apresentando pastagens desgastadas.<sup>111</sup>

Maximiliano Bechoren em sua obra “Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul” (1875-1887), nos informa sobre os números de animais que seguiam em direção aos Campos Gerais e a São Paulo, os quais passavam pela coletoria de Passo do Goio-En (Nonoai):

“O número de cavalos e mulas enviados ao Paraná e São Paulo por esta estrada tem diminuído. No ano de 1867, exportavam 15.168 cabeças aumentando em 1871 para 35.000 cabeças. Entretanto, mais tarde a remessa diminui para 10.000 cabeças. Quanto aos motivos dessa enorme redução de animais, disse-me o coletor: \_ Em São Paulo estão construindo muitas ferrovias e por isso as pessoas não precisam mais de tantos cavalos e mulas.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. O Tropeirismo após as Feiras de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras, 1983. p. 16.

<sup>112</sup> BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.p. 46.

Os Dumoncel preferiam o roteiro por Palmas como demonstra este trecho da carta que Victor Dumoncel (francês) enviou à sua filha Manoela Dumoncel Amado:

Capão Grande

16 de jan. 1886

Ilma Sra. D<sup>a</sup> Manuela Dumoncel Amado

Minha muito querida Filha, os muito afazeres e as atribulações pelas quais estamos passando, não tem dado lugar a mandar saber notícias suas, (...) supponho que ainda não voltou o teu marido, porque cá nada temos sabido, de teus irmãos, que andão de viagem, não tenho notícias desde as cartas que recebi d'elles, com data 12 do mês passado, dos campos de Palmas tinham passado o sertão muito felizes e sem prejuízo nenhum, creio que chegariam à Ponta Grossa, nos últimos dias de dezembro, por conseguinte espero receber carta de elles no próximo correio de 20 deste mês. (...)<sup>113</sup>

Nesta carta, cujo trecho que transcrevemos, é possível identificar que os filhos de Victor Dumoncel (francês) estavam levando uma tropa de mulas para São Paulo e o caminho escolhido foi o roteiro Palmeira das Missões – Nonoai – Palmas – Ponta Grossa – Sorocaba.

Os Amado preferiam o Caminho por Passo Fundo que seguia em direção à Lapa, onde parentes possuíam fazendas para a internada, a fim de recuperar as mulas da longa jornada do Rio Grande do Sul até os Campos Gerais.

---

<sup>113</sup> Carta remetida da Fazenda Capão Grande por Victor Dumoncel (francês) à sua filha Manoela Dumoncel Amado, em 16 de janeiro de 1886. APMTMR/SBS.

A Região dos Campos Gerais no Paraná, devido ao ciclo do tropeirismo, contava com um grande número de fazendas para a engorda de gado e campos de aluguel, isto é, as invernadas:

Muitos fazendeiros dos Campos Gerais passaram a reservar, cada vez mais, um maior número de invernadas, em suas fazendas a fim de arrendá-las aos tropeiros. (...) Em 1860, invernavam por ano 30.000 cabeças da raça muar destinadas as feiras de Sorocaba.<sup>114</sup>

Na Lapa as tropas de mulas dos Amado invernavam em fazendas de parentes, como a do primo e sócio no negócio Luiz Henrique de Souza: (...) *“somos 4 firmas solidárias n’este negócio e a mais fraca é a minha”*...<sup>115</sup>

Em uma carta de 1887 enviada por Luiz Henrique de Souza à Jeremias Ferreira Amado relatando os negócios da Feira de Sorocaba daquele ano, podemos observar a quantidade de animais que invernavam na fazenda da Lapa:

Primo e amigo Jeremias

Lapa 1º de Junho de 1887

(...) Eu aqui cheguei no dia 28 passado tive muito máo tempo na viagem tanto de chuvas como de geadas (...) junto vai os preços das tropas que se venderam na Feira (...) e sobrou mil e tantas bestas das que forão na feira, e ficarão aqui invernadas 2000 bestas que não forão, estas são a dos Martins Pedroso, Chico Rosas, Camargos e Joaquim Aluizo, apenas forão na Feira 5 mil e poucas, e ainda sobrou, como era de esperar por tanto não sei o que farêmos para o anno, (...)

Luiz Henrique de Souza<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> SANTOS, C. R. A. dos. Vida Material, Vida Econômica. Apud SCHNELL, Rogério. Formação Histórica de Palmeira: Século XIX. Ponta Grossa: Vila Velha, 2006. P. 14-15.

<sup>115</sup> Carta remetida da Lapa por Luiz Henrique de Souza à Jeremias Ferreira Amado, em 24 de novembro de 1900. APMTMR/SBS

<sup>116</sup> Carta remetida da Lapa por Luiz Henrique de Souza à Jeremias Ferreira Amado, em 1º de junho de 1887. APMTMR/SBS

Pelos números acima citados fica explícito o grande negócio que era o comércio de muaras na época. Segundo Trindade “*em Sorocaba foram negociadas 60 mil mulas, em 1887.*”<sup>117</sup> É a mesma Feira em que os Amado tinham em torno de 7 mil mulas para suprir o mercado consumidor. Levaram uma quantia para ser negociada na feira e outra ficou de reserva na invernada, caso houvesse comprador. Nesse sentido, Maria Thereza Petrone ressalta que as invernadas “*também funcionavam como reguladoras do fluxo de gado, obedecendo às necessidades dos mercados consumidores.*”<sup>118</sup>

Ponta Grossa era a convergência dos dois caminhos vindos do Sul. Sorocaba era o ponto terminal da marcha dos fornecedores de mulas. Depois de cruzarem o rio Itararé, as tropas iam procurando as invernadas, espalhando-se pelos campos de Itapeva e Itapetinga. Entre os meses de dezembro e abril, no máximo maio, acontecia a “Feira de Sorocaba”.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. Tropeiros. São Paulo, Editora Publicações e Comunicações LTDA, 1992. p. 72.

<sup>118</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência. São Paulo: Ed. Nacional. Brasília, 1976.p. 14

<sup>119</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. Tropeiros. São Paulo, Editora Publicações e Comunicações LTDA, 1992. p. 61.

### 3.4 Rebentou a feira: o comércio de muares na Feira de Sorocaba:

Sorocaba, em São Paulo, tinha as condições ideais para se constituir num ponto de concentração e comercialização das tropas. Era o local onde o Caminho do Sul se diversificava em duas direções, para alcançar os sucessivos mercados consumidores. A existência de campos nas suas imediações propiciava o estacionamento dos animais.<sup>120</sup> Em 1750 devido ao crescimento da remessa de animais, o Estado criou o Registro Fiscal junto à ponte, tornando Sorocaba parada obrigatória para os tropeiros.<sup>121</sup>

Adolfo Frioli em seu estudo sobre “A Feira de Muares de Sorocaba” enfatiza quais foram os marcos iniciais da famosa feira:

O estabelecimento do Registro de 1750 e o início da cobrança do “novo imposto” em 1756 para ajudar a reconstrução de Lisboa, podem ser os marcos iniciais da famosa e conhecida feira de muares de Sorocaba, que surgiram naturalmente e transformando-se pouco a pouco, em ponto de encontro dos compradores e vendedores de muares, inicialmente na beira do rio, na margem esquerda, próximo ao Registro, durante todo o ano, crescendo em determinados meses que correspondem a chegada dos tropeiros de suas longas viagens e do clima apropriado, geralmente nos primeiros meses, oscilando os negócios entre fevereiro e maio, (...) <sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. Tropeiros. p. 64.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> FRIOLI, Adolfo. A Feira de Muares de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e identidade cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Cadernos da Academia Sorocabana de Letras, 1983. p. 12

A venda das tropas eram feitas nos campos ao redor da cidade de Sorocaba, onde as bestas invernavam, aguardando os compradores. Os proprietários das tropas e seus agentes ficavam hospedados em Sorocaba, esperando a chegada dos compradores. “As informações sobre a tropa eram tiradas no próprio núcleo urbano.”<sup>123</sup> Depois o interessado ia até a internada conhecer a mercadoria. “Havia tropas boas onde predominava a mulada alta, em outras havia muita mula magra, pequena: o refugo.”<sup>124</sup>

Frioli nos informa como era feita a venda de uma tropa nas feiras de Sorocaba:

“A venda de uma tropa é feita deste modo: o vendedor, acompanhado do comprador, dirige-se ao campo onde a tropa se acha, manda parar o rodeio, isto é, juntar as bestas pertencentes a mesma e as apresenta ao comprador, que depois de examiná-las e anuir as condições efetua o negócio e faz puxar a sua tropa pelos subúrbios da cidade, atravessa a ponte e segue sua viagem. Dão o nome de rompimento da feira, ou **rebentou a feira**, quando se vende a primeira tropa, a que se demora às vezes, por alguns dias” (...) <sup>125</sup>

Caso a tropa ou parte da tropa não fosse vendida voltava para a internada, para esperar outra feira, o que era um grande transtorno para seus donos.

O auge da Feira de Sorocaba aconteceu nas décadas de 1850-1860, quando chegou a comercializar em torno de cem mil mulas por ano. Com o advento da ferrovia, em 1875, que ligava Sorocaba a São Paulo e ao porto de Santos, diminuiu a movimentação da Feira. Assim, lentamente o ciclo econômico do tropeirismo entrou em decadência até 1897, quando em plena feira, Sorocaba foi surpreendida por uma epidemia de febre amarela. Os tropeiros-vendedores e compradores- assustados com a notícia da epidemia deixaram a cidade às pressas.

---

<sup>123</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. Op. Cit. p. 65.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> FRIOLI, Adolfo. A Feira de Mueares de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e identidade cultural da Região de Sorocaba. p. 13

A Feira foi transferida no ano seguinte para Itapetininga e só voltaria a ser realizada em Sorocaba em abril de 1899, conforme notícia publicada no jornal “15 de Novembro” sob o título “Feira de Muares:”

A julgar pelas informações que nos foram dadas, é de presumir que a venda de muares que têm lugar nesta cidade vão querendo tomar vulto das antigas e tradicionais feiras que aqui se realizaram noutros tempos. Na próxima feira deve ser vendida quantidade superior a quatro mil muares, número este muito maior das feiras passadas. A feira que se realizava em Itapetininga, passou a ser feita nesta cidade, o que constituiu poderosamente para o aumento da importância das feiras de aqui. São esperados muitos negociantes de animais dos estados do Norte e do Rio de Janeiro, alguns dos quais já se acham nesta cidade, aguardando a ocasião das vendas.”<sup>126</sup>

A segunda notícia sobre a Feira de Sorocaba foi publicada em 27 de abril de 1899, com o seguinte teor:

“Teve uma importância que de há muito não se nota, a feira de muares ultimamente realizada nesta cidade. Os animais vendidos pertenciam aos srs. Damásio Ribas, Fernando Martins, Francisco Vargas, Manuel Bittencourt, Felisbino Gonçalves Bueno, Júlio Taques de Macedo e N. Antunes. Foram compradores pd drs. Lazaro Telles Mirandella, major Joaquim da Maia, Feliciano Bueno de Camargo, Constancio Pereira de Souza, Amaral & César e Manuel Vieira. Todas as vendas foram effectuadas nesta cidade, tendo a importância total assumido a somma de oitocentos contos de réis”.<sup>127</sup>

Na feira de muares de 1902 em Sorocaba, os Amado estavam presentes e também o senador Pinheiro Machado, que tinha 1000 bestas para vender nesta feira. A carta de Luiz Henrique de Souza enviada de Sorocaba em 02 de maio de 1902 ao seu primo e sócio Jeremias Ferreira Amado, nos dá uma idéia de como funcionava na prática o comércio de muares:

---

<sup>126</sup> Jornal “15 de Novembro”- Sorocaba-SP. 13 de abril de 1899. Ano VII. Edição nº 608.

<sup>127</sup> Jornal “15 de Novembro”- Sorocaba-SP. 27 de abril de 1899. Ano VII. Edição nº 611.

Primo de amigo Jeremias

Sorocaba 2 de Maio de 1902

Hoje aqui cheguei que vim entregar a tropa que vendi aos Sres Lázaro Telles & Mirandella, tivemos uma feira péssima, os Srs. Damásio Ribas e o José Sampaio, foi que abrirão a feira, venderão a 120\$000 com mulada alta e com refugio por menos dinheiro, de modo que os meus compradores quando chegarão já acharão estes preços, não me foi possível subir bem mais, só pude a 124\$000 a puxar a madrinha e enjetei a 130\$, para dar refugio de 70 mulas para fora da tropa, este negócio era muito ruim, porque o refugio só se pode vender a 70\$ a 80\$, de modo que baixava mais ainda o preço de 124\$, então vendi a 124\$ com metade a vista e o resto a dez mezes de prazo- Da tropa vendi 511 bestas porque na internada achei a tropa com falta de 2 bestas e 2 achei machucadas que tiverão ferida na perna, não deu para virem, e 2 já te contei que morrerão. A cavalhada não engordou nada, tenho vendido toda barata para não deixar por aqui perdidas, na Lapa deixei 3 cavallos que não deram para vir por magros aqui vendi 3 vermelhos a 50\$000 1 por 60\$000, e muito velhos por 30\$000 e o baio velho também por 30\$ chegou aqui quazi cançado, e na internada morreo um Cavallo dos vermelhos. O Carlos Taques vendeo a 100\$000 só com dez contos, e erão 300 mulas, o Severo de Quadros tinha só 300 bestas e vendeo a 130\$ com refugio de 20 mulas e condições ruins, só dez contos a vista, e esta tropa era boa passou como a melhor que veio, Gregório Vargas vendeo a 103\$ a vista – O Senador Pinheiro ainda não vendeo, esta com 1000 bestas, soube que puxou para o Rio as 600 que tinha aqui (...) vou deixar o dinheiro que de para pagar todas as despesas e minha comissão e remeto-lhe a quantia de (19:000\$0000). (...) senti não poder fazer melhor negócio, não foi por falta de esforços, foi devido a má abertura da feira que transtornou tudo, eu estive 10 dias no campo, e elles no dia que chegarão já entregarão, penso que ao menos vendi segura as firmas que tenham sido muito boas. Peço-lhe recomendar-me a prima Manoella e a Inharinha, e aos primos todos e aceite sincero abraço do primo e amigo.

Luiz Henrique de Souza<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> Carta Remetida de Sorocaba /SP por Luiz Henrique de Souza a Jeremias Ferreira Amado, em 02 de maio de 1902. APMTMRS/SBS.



O relato de Luiz Henrique de Souza deixa claro que a Feira realmente estava em crise, poucos negócios e condições ruins. Podemos perceber que os compradores das mulas dos Amado eram a firma Lázaro Telles & Mirandella os mesmos que aparecem como compradores na notícia do jornal da feira de 1899. Outra informação importante é que quem “abria” a feira determinava o preço a ser vendida a tropa, como informa Luiz Henrique na carta: “os Srs. Damásio Ribas e o José Sampaio, foi que abrirão a feira, venderão a 120\$000 (...) de modo que os meus compradores quando chegarão já acharão estes preços, não me foi possível subir bem mais”.

Pode-se comprovar através desta carta e com as notícias na imprensa (jornais), que a Feira de muares de Sorocaba não se extinguiu em 1897, como a maioria dos autores afirmam, a feira continuou a ser realizada em anos subseqüentes. É preciso fazer novas pesquisas sobre o comércio de muares no século XX, a fim de verificar até quando perdurou a mais famosa feira do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos capítulos, argumentamos sobre as hipóteses levantadas na parte introdutória. De um modo geral, verificamos que o povoamento efetivo da região do Planalto Médio iniciou após a Expedição de 1816, comandada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins, que acarretou a oficialização da Estrada das Missões, ocasionando uma maior circulação das tropas em direção aos oeste do estado. Militares e/ou tropeiros “paulistas” (especialmente paranaenses oriundos dos Campos Gerais) se apropriam de extensas áreas de campo através do expediente da “concessão de posse”, outorgada pelas comandâncias militares, com o intuito de formarem estâncias pastoris destinadas à criação de animais.

Foi possível identificar através da análise nos inventários post-mortem de grandes fazendeiros do antigo município de Cruz Alta, a presença de animais cavалares e muares nas fazendas, chegando ao mesmo patamar do gado bovino. Havia, na época, a necessidade de abastecer destes animais (cavalos e mulas) os centros consumidores, principalmente São Paulo, devido à expansão da lavoura cafeeira.

A grande extensão de campos nativos apropriados por militares e tropeiros permitiu o uso dos campos vagos como invernadas, para adaptação e climatização das tropas oriundas da Fronteira e dos criatórios dos países vizinhos. Muitos fazendeiros criavam mulas, mas também importavam da região castelhana, por conseguirem melhor preço pelos animais de maior porte.

O vai e vem dos tropeiros e a instalação de fazendas destinadas à criação de animais promoveu o aumento do fluxo migratório para a Região do Planalto Médio e a formação de pequenos núcleos povoadores destinados a oferecer pontos de infraestrutura aos tropeiros.

A Revolução Farroupilha trouxe grandes prejuízos financeiros aos estancieiros do Planalto Gaúcho, principalmente aos legalistas, que tiveram que abandonar suas fazendas e migrar para a Província de São Paulo. Quando retornaram o gado havia sido dizimado e sem sua principal fonte de renda, alguns fazendeiros tiveram que se desfazer de léguas de campo, a fim de pagar suas dívidas.

Com a decadência dos antigos proprietários, surgem novas áreas de terras disponíveis no mercado fundiário, com extensões menores do que as antigas posses. Inicia-se, assim, uma nova fase de migrações para Planalto Médio.

Por fim, o estudo do povoamento da região localizada ao norte da antiga Vila de Cruz Alta, revelou a motivação econômica da colonização estancieira. Através da apropriação de campos nativos e a instalação de estâncias pastoris destinadas criação de animais cavалares e

muares, além do uso dos campos vagos para a invernada das tropas, a região do planalto gaúcho torna-se, durante o século XIX, o grande centro fornecedor de muares para as “*plantations*” do Sudeste.

Assim, o processo de ocupação do espaço que hoje compreende o município de Santa Bárbara do Sul está diretamente ligado ao fenômeno do tropeirismo, o qual foi responsável pela origem da maior parte das cidades que formam a região do Planalto Médio.

## FONTES DOCUMENTAIS

### **1-Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**

Inventário de Atanagildo Pinto Martins. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Número 9 Maço 1 Estante 10 .1851.

Inventário de Anna Joaquina do Amaral. Cartório Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. A60 M3 E10. 1855

Testamento de Atanagildo Pinto Martins. Feito na Invernada da Guarita em 22/10/1842.

Testamento de Anna Joaquina do Amaral. Feito na Fazenda Santa Bárbara em 22/11/1843.

Inventário de Joaquim Thomaz da Silva Prado. Cartório de Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. Autos 67 Maço 3 Estante 10. 1856.

Inventário de Manoel José da Encarnação. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Autos 21 Maço 1 Estante 134. 1847.

Testamento de Manoel José da Encarnação feito no Distrito de Palmeira em 22/05/1846.

Inventário de João Ferreira Amado. Cartório Órfãos e Ausentes. Cruz Alta. Número 480 Maço 18 Estante 61. 1901.

Inventário de Jeremias Ferreira Amado. Cartório Cível e Crime. Cruz Alta. Número 271 Maço 7 Estante 62. 1910.

Registro Paroquial de Terras. Cruz Alta. n° 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 48, 49, 397, 398.

### **2-Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta- RS**

Registro de um Ofício remetido pela Câmara de Cruz Alta ao Presidente da Província Barão de Caxias em 18 de junho de 1844. Livro de Registros da Câmara de Cruz Alta. Livro 274 folha 18.

Informação de Atanagildo Pinto Martins. 21 de setembro de 1847. Livro de Registros da Câmara de Cruz Alta. n° 274 folha 48.

Registro de um Ofício sobre os Campos Devolutos. Nº 55. Câmara Municipal da Vila de Cruz Alta - 17 de janeiro de 1850. livro 274 folha 113-116.

### **3- Registro de Imóveis de Cruz Alta – RS**

Certidão de Escritura Pública de 12 de outubro de 1872. Adquirente: João Ferreira Amado. Transmitente: Maria Thomazia da Silva Prado.

Certidão de Escritura Pública de 19 de maio de 1885. Adquirente: João Ferreira Amado. Transmitente: Antônio Carneiro da Fontoura e Maria das Dores Alfreo Fontoura.

#### **4-Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1926.

#### **5-Arquivo da Câmara de Castro – PR**

Atas da Câmara de Castro-PR. Sessão de 25 de maio de 1825. Disponível em: [www.camaracastro.pr.gov.br/atas](http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas) acesso em 27/07/2010.

#### **6- Arquivo Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana- Castro-PR**

Registro do Casamento de Joaquim Thomaz da Silva Prado e Maria Thomazia Novais. Livro de Casamentos. nº IV fls. 69 e 69 verso. 28 de dezembro de 1821. Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana. Castro- PR.

Registro do Batismo de Marculina Maria da Silva Prado. Livro de Batismo nº. Vº. Fls. 66. 27 de maio de 1823. Arquivo Paroquial – Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana. Castro – PR.

Registro do Batismo de Rafael da Silva Prado. Livro de Batismo nº. V fls. 96 V. 26 de dezembro de 1824. Arquivo Paroquial – Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana .Castro- PR

#### **7-Arquivo Particular de Marco Túlio Magalhães Rosito em Santa Bárbara do Sul**

Guia de Exportação – República Argentina 1870.

Autorização para Jeremias Ferreira Amado passar pelo Departamento de Corrientes - República da Argentina 1879.

Autorização da Intendência Municipal de Uruguaiana para Jeremias Ferreira Amado ingressar Estado Oriental do Uruguay. Dezembro de 1896.

Cornaguia. Departamento Federación 19 de Fevereiro de 1897. República da Argentina.

Carta remetida de Uruguaiana por Jeremias Amado à Manoela Dumoncel Amado, em 25 de outubro de 1895.

Carta remetida da Fazenda Capão Grande por Victor Dumoncel (francês) à sua filha Manoela Dumoncel Amado, em 16 de janeiro de 1886.

Carta remetida da Lapa por Luiz Henrique de Souza à Jeremias Ferreira Amado, em 24 de novembro de 1900.

Carta remetida da Lapa por Luiz Henrique de Souza à Jeremias Ferreira Amado, em 1º de junho de 1887.

Carta Remetida de Sorocaba por Luiz Henrique de Souza a Jeremias Ferreira Amado, em 02 de maio de 1902.

#### **8- Jornais de Sorocaba-SP**

Jornal “15 de Novembro”- Sorocaba-SP. 13 de abril de 1899. Ano VII. Edição nº 608.

Jornal “15 de Novembro”- Sorocaba-SP. 27 de abril de 1899. Ano VII. Edição nº 611.

## **9- Mapas**

Mapa Municipal de Santa Bárbara do Sul- Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul

Mapa elaborado por BECHOREN (1875-1887) adaptado MADP.

Mapa Antigo do Município de Cruz Alta (1920) organizados por João A. Edler. AHM/CA

Mapa do Rio Grande do Sul (1915-1929) organizados por João A. Edler. MAHSBS

Carta Cartográfica de Santa Bárbara do Sul –IBGE

Carta Cartográfica de Palmeira das Missões – IBGE

Carta Cartográfica de Pejuçara- IBGE

Carta Cartográfica de Chapada - IBGE

Carta Cartográfica de Saldanha Marinho – IBGE

Carta Cartográfica de Condor – IBGE

Carta Cartográfica de Ibirubá – IBGE

Mapa Macrozoneamento Municipal de Cruz Alta- Prefeitura Municipal de Cruz Alta

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA, Ney Eduardo Possapp'. Passo Fundo Terra de Passagem. Passo Fundo-RS. Aldeia Sul, 1996.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. O Tropeirismo na Formação do Sul. In.: BOEIRA, Nelson et al. (Org.) História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- CASTRO, Evaristo Afonso de. Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 2 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana)
- CHRISTILLINO, Cristiano Luis. Litígios ao Sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese (Doutorado). Niterói: UFF, 2010.
- ECKER, Adair Francisco. A Trilha dos Pioneiros. Passo Fundo: Bertier, 2007.
- FANTINEL, Paulo Roberto Prado. O Tenente- Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado: sua Ascendência e Descendência. Disponível em: <http://pp.fantinel.vilabol.uol.com.br> acesso em 06/10/2010.
- FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FILHO, Lauro Prestes. Crônicas II de Santa Bárbara do Sul. Santa Bárbara do Sul: Gráfica e Editora Minuano LTDA, 1999.
- FLORES, Moacyr. Tropeirismo no Brasil. Nova dimensão. Porto Alegre, 1998.
- \_\_\_\_\_. As tropas de gado na Revolução Farroupilha. In.: SANTOS, Lucila. S. Et al. (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000.
- FONSECA, Pedro Ari Veríssimo. Tropeiros de Mula. Passo Fundo, Gráfica Diário da Manhã, 1987.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In.: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FRIOLI, Adolfo. A Feira de Muare de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e identidade cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Cadernos da Academia Sorocabana de Letras, 1983.

GOLIN, Tau. A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM, 2002.

\_\_\_\_\_. Construindo a integração no Estado colonial e no Estado nacional: a questão do espaço sul-rio-grandense. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. RS: 200 anos Definido Espaços na História Nacional. Passo fundo: UPF, 2002.

GOMES, Aristides de Moraes. Fundação e Evolução das Estâncias Serranas. Cruz Alta. Dal Forno Editor, 1966.

KUHN, Fábio. A primeira elite colonial e a configuração do extremo sul da América Portuguesa. Século XVIII. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. RS: 200 anos Definido Espaços na História Nacional. Passo fundo: UPF, 2002.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes. Derrubando Florestas, Plantando Povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado) Porto Alegre: PUCRS, 2007.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. O Tropeirismo após as Feiras de Sorocaba. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1980.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência. São Paulo: Ed. Nacional. Brasília, 1976.

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

ROCHA, Prudêncio. História de Cruz Alta. 2ed. Cruz Alta: Gráfica Mercúrio, 1980.

RODERJAN, Roselys Vellozo. Raízes e Pioneiros do Planalto Médio. Passo Fundo, Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1991.

\_\_\_\_\_. O Alferes Atanagildo e o Passo do Pontão. In: SANTOS, Lucila S., et al (Org.). Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Tropeirismo nos Séculos XVII, VXIII, XIX e XX. In.: SANTOS, Lucila S., et al (Org.). Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

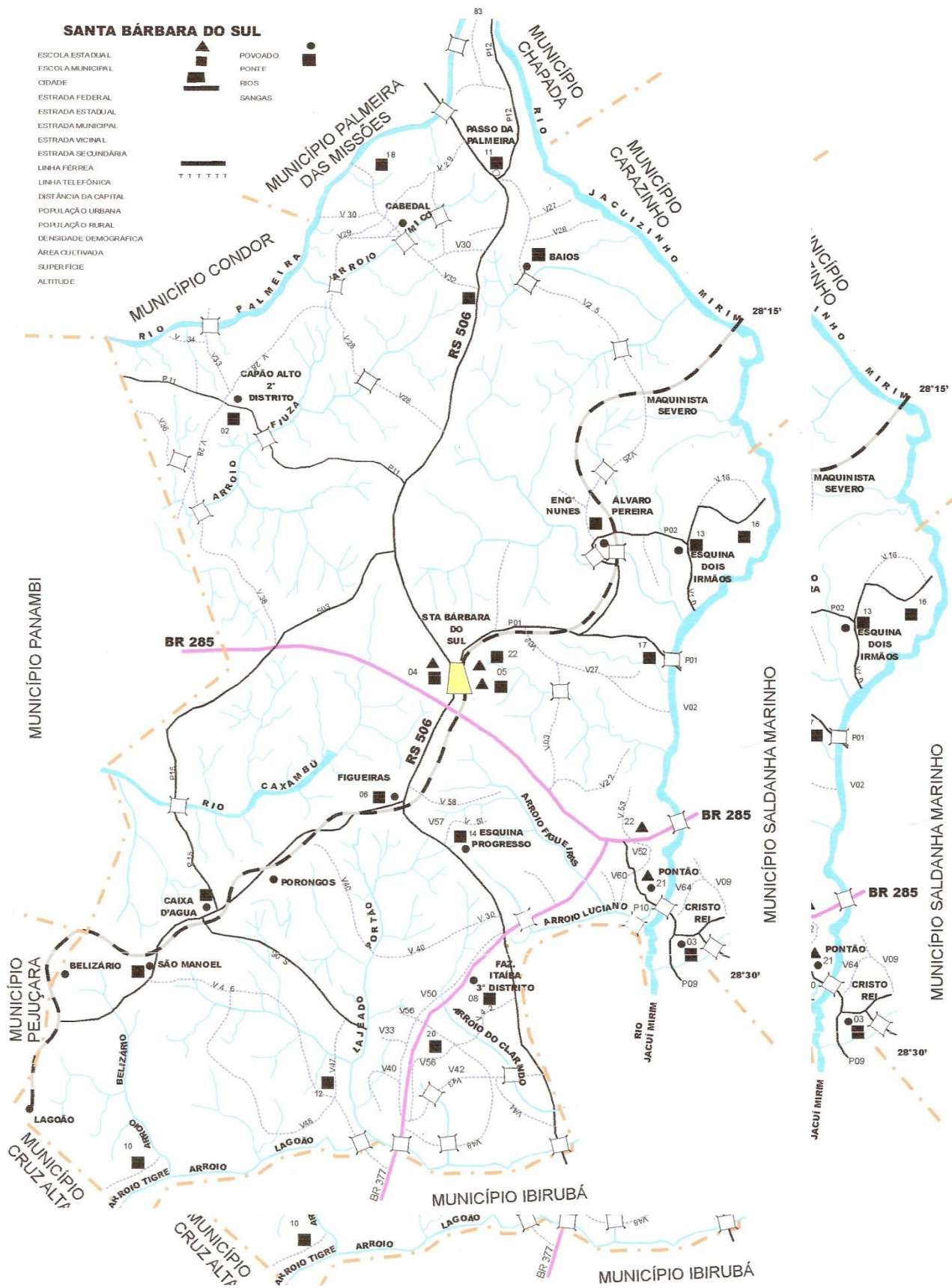
SCHNELL, Rogério. Formação Histórica de Palmeira: Século XIX. Ponta Grossa: Vila Velha, 2006.



- SILVA, Adriana Fraga da. Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem nos Campos de Cima da Serra./RS. Dissertação (Mestrado) Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- SILVEIRA, Hemetério Velloso. Missões Orientais e seus Antigos Domínios. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.
- SOARES, Mozart Pereira. Santo Antônio da Palmeira. Porto Alegre: Bels, 1974.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. Tropeiros. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações LTDA, 1992.
- VIEIRA, Rogich. O papel do tropeiro na integração cultural do Brasil. In.: BONADIO, Geraldo. Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba: Academia Sorocabana de Letras, 1983.
- ZARTH, Paulo Afonso. História Agrária do Planalto Gaúcho. (1850-1920). Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.
- \_\_\_\_\_. Do Arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Conquista da fronteira norte do Rio Grande do Sul. In.: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. RS: 200 anos Definido Espaços na História Nacional. Passo fundo: UPF, 2002.

**ANEXOS**

# ANEXO 1: MAPA DO TERRITÓRIO ATUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO SUL



## ANEXO 2:

## FICHA DE INVENTÁRIO

Inventariado: Major Athanagildo Pinto Martins

Inventariante: Anna Joaquina do Amaral

Cartório: Cível e Crime

Município: Cruz Alta

ano: 1851

equipamentos	\$ total	Utensílios	\$ Unid	Total	Bens de raiz	Valor \$	Animais e produtos	\$ Unid	\$ total	Obs.:
1 carreta em bom uso (consta em suplemento)	60\$000	11 colheres de prata	3\$300	36\$300	<b>Fazenda denominada Santa Bárbara</b> com casas, mangueiras e benfeitorias (atual Santa Bárbara do Sul)	6:000\$000	140 rezes xucras	4\$000	560\$000	Apólice no Rio de Janeiro no valor de 600\$000
1 dita (carreta) velha (consta em suplemento)	20\$000	1 copo de prata	–	19\$200	Casa na Vila de Cruz Alta	400\$000	8 boi xucros	6\$000	48\$000	
1 par de canastras com fechaduras (consta em suplemento)	6\$400	1 par de chilenas	–	32\$000	Invernada denominada “Casavel” no distrito de Palmeira	600\$000	10 bestas mansas de carga	12\$000	120\$000	
		1 panela de ferro grande	–	6\$000	Invernada Grande no distrito de Palmeira	1:600\$000	5 bestas mansas de sela	14\$000	70\$000	
		4 panelas de ferro médias	2\$500	10\$000	Invernada denominada “Canário” (distrito de Palmeira)	1:400\$000	238 éguas xucras	2\$000	476\$000	
		1 chocolateira de ferro	–	\$800	Invernada denominada “Guarita” (distrito de Palmeira)	1:000\$000	3 ditas (éguas) mansas	6\$000	18\$000	
		1 par de brincos de pedra	–	10\$000	Invernada denominada “Carreteira” (distrito de Palmeira)	1:400\$000	25 bestas novas de um e dois anos	4\$000	100\$000	
		1 freio com chapeado	–	20\$000	Campo denominado “Carijo Queimado” (distrito de Palmeira)	600\$000	12 potros de três anos	6\$000	72\$000	
		1 par esporas de prata	–	10\$000			2 burros exor	6\$000	12\$000	
		1 par esporas de prata	-	10\$000			19 cavalos	10\$000	190\$000	

		1 chapeado novo de prata	-	25\$600			104 rezes mansas	6\$000	624\$000	
							27 bois carreiros	12\$000	324\$000	
							57 burras	2\$000	114\$000	
							30 ovelhas	1\$000	30\$000	
							21 rezes mansas	6\$000	126\$000	
							2 cavalos	12\$800	25\$600	Dote herdeira Carlota Joaquina do Amaral
							20 rezes mansas	6\$000	120\$000	
							20 rezes mansas	6\$000	120\$000	Dote herdeira Ana Maria do Amaral
							1 burro exôr	-	50\$000	

**Valor total do inventario em réis: 26:711\$455**

<b>Campos que formam a Fazenda Santa Bárbara</b>	
<b>Descritos no inventário de sua esposa Anna Joaquina do Amaral autuado em 1855</b>	
Huma internada “ <b>Rincão dos Negros</b> ”	2:000\$000
Hum rincão denominado “ <b>Pinheirinho</b> ”	1:500\$000
Huma internada “ <b>Rincão de Antônio Gonçalves</b> ”	2:000\$000
Huma internada “ <b>Chapada Caiapea</b> ”	1:500\$000
Huma internada “ <b>Barreiro</b> ”	1:500\$000
Huma <b>sorte de campo na coxilha</b> onde está situada a Fazenda	300\$000
Parte de campo denominada “ <b>Ronda</b> ”	500\$000
Huma <b>morada</b> de cazas denominada <b>Estância Santa Bárbara</b> com cozinha, paiol, quintal e mangueiras	400\$000
<b>TOTAL DE BENS DE RAÍZ ACIMA DESCRITOS</b>	<b>9:700\$000</b>

**Ficha 2: Escravos**

Inventariado: Atanagildo Pinto Martins

<b>Nome</b>	<b>Cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Origem</b>	<b>Valor</b>	<b>Obs.:</b>
José		50 annos		Nação	200\$000	
João (aleijado)		56 annos		Crioula	300\$000	
Galdina (aleijada)		6 annos		Crioula	80\$000	
Adriana	Mulata	13 annos			600\$000	
Caetano		33 annos		Nação	700\$000	
Tubias		22 annos		Crioulo	700\$000	
Benedito		18 annos		Crioulo	700\$000	
Fernando	Mulato	56 annos			500\$000	
Fabiana		35 annos	Casada		400\$000	
Marcilino		14 annos			400\$000	
Theodora		35 annos			500\$000	
Manoel		4 annos			250\$000	
Ignácio		60 annos		Nação	250\$000	
João		50 annos		Nação	400\$000	
Joaquim (Falha de vista)		34 annos		Nação	100\$000	
Maria				Crioula	450\$000	
Raquel e Faustina		16 annos e 14 annos			800\$000	Consta em Suplemento
Catarina					500\$000	Dote da Herdeira Ana Maria do Amaral
<b>Total 19 escravos</b>						

## ANEXO 3 :

## FICHA DE INVENTÁRIO

Inventariado: Tenente Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado

Inventariante: Maria Thomazia da Silva Prado Cartório: Órfãos e Ausentes Município: Cruz Alta ano: 1856

equipamentos	\$ total	Utensílios	\$ Unid.	Total	Objetos de Prata	Unid	Total	Bens de raiz	Valor \$	Animais e produtos	\$ Unid	\$ total
1 tenda de ferreiro: 2 tenazes, 2 ternos, 1 martelo, 1 begorna velha	25\$000	2 mesas grandes	6\$000	12\$000	2 salvas de prata com duas tesouras com 60 oitavas	\$180 a oitava	28\$000	<b>Fazenda denominada São Joaquim do Alegre</b> Divisas: Arroios Bonito e Alegre, Serra e o valo na estrada das carretas da Vilinha (Palmeira das Missões) Divide-se em três Partes:		375 rezes de criar	14\$000	5:250\$000
1 ferramenta completa de carpinteiro	32\$000	12 catres (camas dobráveis)	2\$000	24\$000	2 salvas de prata para copos com 96 oitavas	\$180 a oitava	17\$280			251 éguas em cria de potro	5\$000	1:255\$000
		1 cama de armação		4\$000	1 cuia com duas bombas com 100 oitavas	\$180 a oitava	18\$000			20 cavalos mansos	12\$000	240\$000
		1 jogo de pistolas		12\$000	2 colheres grandes de sopa 96 oitavas	\$180 a oitava	18\$000	<b>1ª parte: Campos do Engenho</b>	6:000\$000	3 bestas mansas velhas	20\$000	60\$000
		1 relógio de Parede		12\$000	12 colheres de chá e Iconcha 96 oitavas	\$180 a oitava	17\$280	<b>2ª Parte: Campos da Taipa de Pedra</b>	5:000\$000	18 bois mansos	32\$000	576\$000
		1 bacia de cobre		8\$000	3 dúzias de colheres de mesa com 640 oitavas	\$180 a oitava	115\$200	<b>3ª Parte: Campos denominados Alegre</b>	5:500\$000	38 potros criados	7\$000	266\$000
		2 castiçais de metal fino	4\$000	8\$000	6 garfos e seis cabos de prata de facas 256 oitavas	\$180 a oitava	46\$080	<b>Casa de Morada, Engenho e Tafona com seus pertences, cozinha, senzalas e arvoredos</b>	3:000\$000	40 novilhos	18\$000	720\$000

		12 facas e garfos de cabo de marfim		10\$000	1 copo e corrente 170 oitavas	\$180 a oitava	28\$800	<b>Data de terras</b> lavradias com mandiocas, canaviais, plantações e capoeiras	550\$000	80 rezes de criar <b>Obs.:</b> Pertencentes aos herdeiros solteiros	14\$000	1:120\$000
					1 par de estribos 288 oitavas	\$180 a oitava	51\$840	<b>Fazenda São Joaquim da Palma</b> (Palmeira das Missões)	16:000\$000			
					1 par de esporas 96 oitavas	\$180 a oitava	17\$280	<b>Fazenda São Joaquim da Boa Vista</b> Limites: Arroios Bonito e Corticeira, Serra e os valos da estrada das carretas (Palmeira das Missões e Santa Bárbara do Sul), dividida em cinco partes:				
					4 castiçais com 256 oitavas	46\$080		<b>1ª Parte: Campos denominados Estância Velha</b>	4:000\$000			
								<b>2ª Parte: Invernada da Palmeirinha</b>	2:000\$000			
								<b>3ª Parte Invernada do Capão Alto</b> (atual distrito de Santa Bárbara do Sul)	3:000\$000			
								<b>4ª Parte: Campos denominados Rodeio Velho</b>	4:000\$000			
								<b>5ª Parte: Campos do Pinheirinho</b>	3:500\$000			



								<b>Campos denominados Capão Grande</b> (em litígio com Tristão José de Oliveira)	4:000\$000			
								<b>Campos da Estrada</b> Dividido em duas partes:				
								<b>1ª Parte: Campo da Porteira</b>	1:500\$000			
								<b>2ª Parte: Campo da Palmeira</b>	2:500\$000			
								<b>Campo vendido a Francisco Mariano</b> (mas não tinha recebido)	1:000\$000			
								<b>Huma data de terras doada aos filhos Gabriel Martinho, Elisa e Benigna</b>	200\$000			
								<b>Parte dos Campos de São Bento situado no município de Castro, Província do Paraná, herdados pelo falecimento da mãe da inventariante</b>	Obs.: Ignora a quantia e o valor dos mesmos.			

**Valor total do inventario em réis: 84:260\$960**

**Ficha 2: Escravos****Inventariado: Joaquim Thomaz da Silva Prado**

<b>Nome</b>	<b>Cor</b>	<b>Idade</b>	<b>Origem</b>	<b>valor</b>
Fidellis	Mulato	50 anos		300\$000
Francisco		30 anos	Nação	1:000\$000
Thomas		30 anos	Crioulo	1000\$000
Elerbão		28 anos	Crioulo	1:000\$000
Maximiano		30 anos	Crioulo	1:200\$000
Procópio		29 anos	Crioulo	1:200\$000
Pedro		9 anos	Crioulo	600\$000
Miguel		6 anos		500\$000
João		6 anos		500\$000
Isabel		26 anos	Crioula	1:000\$000
Lusia		26 anos	Crioula	1:000\$000
Angélica		26 anos	Crioula	1:000\$000
Cristina		6 anos	Crioula	500\$000
Thereza		7 anos	Crioula	500\$000
Andreia		6 anos	Crioula	500\$000
Lucia		3 anos		400\$000
Camilla		8 meses	Crioula	100\$000
Marcelina		6 meses	Crioula	50\$000
<b>18 ESCRAVOS</b>			<b>TOTAL</b>	<b>12:350\$000</b>
Bento	Obs.: Meio Dote ao herdeiro Rafael			600\$000
Maria	Obs.: Dote a Herdeira Marculina			600\$000
Vidal	Obs.: Dote a Herdeira Marculina			600\$000
Luiza	Obs.: Dote a Herdeira Anna			700\$000
Josefa	Obs.: Dote a Herdeira Carolina			800\$000
<b>5 ESCRAVOS</b>	<b>DADOS EM DOTE</b>		<b>TOTAL</b>	<b>3:300\$000</b>

**ANEXO 4:****FICHA DE INVENTÁRIO****Inventariado: Manoel José da Encarnação****Inventariante: Theodora Maria de Jesus****Cartório: Cível****Município: Cruz Alta****ano: 1847**

<b>Equipamentos</b>	<b>\$ unid</b>	<b>\$ total</b>	<b>Utensílios</b>	<b>Total</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Valor</b>	<b>Bens de Raiz</b>	<b>Valor \$</b>	<b>Animais</b>	<b>\$ Unid</b>	<b>\$ total</b>
2 pares de Canastras	8\$000	16\$0000	1 catre (Cama dobrável)	3\$000	1 sobre-casaca	8\$000	Invernada do Lagoão	250\$000	21 potros	4\$000	84\$000
4 foices novas	3\$000	12\$000	1 mesa pequena	4\$000	1 poncho de pano forrado	16\$000	Invernada da Serra	500\$000	207 éguas em cria de potro	4\$000	828\$000
5 foices usadas	1\$000	5\$000	2 panelas de ferro	4\$000	1 cinto de couro aparelhado com correntes e fivelas de prata	12\$000	Invernada Palmeira	250\$000	1 burro exor	-	20\$000
1 machado velho	-	\$480	1 caldeirão de ferro usado	1\$000			Invernada Caxambú	200\$000	13 cavalos mansos	4\$000	
4 enxadas velhas	\$640	2\$560	1 forno de ferro fundido	3\$000			Invernada denominada Coxilha	400\$000	11 éguas mansas	4\$000	44\$000
2 tesoura de tosar animais	\$640	1\$280					Campos da Estância Capão alto	2:000\$000	39 rezes mansas de criar	8\$000	312\$000
1 outra tesoura	-	\$480					Casa coberta de palha, com mangueira e mais benfeitorias (tudo em mau estado)	20\$000	4 novilhos	9\$000	36\$000

2 espingardas velhas	2\$000	4\$000					Invernada denominada Portão	250\$000	14 burras	3\$000	42\$000
2 marcador em bom uso	2\$000	4\$000					Huma parte de campo no Capão do Lagoão	40\$000	56 ovelhas	\$640	35\$840
							Hum potreiro denominado Barta	100\$000	24 bestas mansas	12\$000	288\$000
									10 ovelhas	\$800	8\$000
									10 éguas	2\$000	20\$000
									10 novilhos	4\$000	40\$000
									1 cavalo manso	–	4\$000
									10 Potrancas	2\$000	20\$000

**Valor total do inventario em réis: 7:676\$640**

## Ficha 2 Escravos

**Inventariado: Manoel José da Encarnação**

Nome	Cor	Idade	Estado civil	Profissão	Origem	valor
Thomé					Crioulo	300\$000
Jozé		30 anos	Casado		Nação	300\$000
Balbina		27 anos	Casada			400\$000
Antônio		12 anos			Crioulo	500\$000